



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	CEESP-PRC-2022/00317		
INTERESSADA	Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista		
ASSUNTO	Renovação do Reconhecimento do Curso de Licenciatura em História		
RELATORA	Consª Bernardete Angelina Gatti		
PARECER CEE	Nº 341/2023	CES "D"	Aprovado em 31/05/2023 Comunicado ao Pleno em 07/06/2023

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Diretor Acadêmico da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista solicita deste Conselho, por meio do Ofício 39/2022, protocolado em 22/08/2022, Renovação do Reconhecimento do Curso de Licenciatura em História, nos termos da Deliberação CEE 171/2019 – fls. 05. O pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso foi protocolado fora do prazo estabelecido pelo art. 47 da citada Deliberação.

Em 09/05/2023, a Assistência Técnica, por e-mail, solicitou que a Instituição indicasse se havia ingressantes no ano de 2023. A Coordenadora informou que a última turma se formou em janeiro de 2022 e que a última entrada de ingressantes foi em 2018. Em 11/05/2023, o Diretor informou que por ocasião da solicitação de renovação do reconhecimento do curso em 2022, o vestibular ainda estava ocorrendo, houve maior procura dos últimos anos, mas, infelizmente, não houve viabilidade financeira da turma ser formada – fls. 400/402.

Após verificação dos documentos encaminhados pela Instituição, foi baixada diligência para atualização da Planilha de Processo de Licenciatura. Atendida, o Processo foi despachado à Câmara de Educação Superior, que indicou os Especialistas André Figueiredo Rodrigues e Anésia Sodré Coelho para análise das informações e visita in loco. A Portaria CEE-GP 507/2022, ratificou os nomes dos Especialistas. A visita à instituição foi realizada nos dias 19 e 20/01/2023. A Comissão elaborou Relatório circunstanciado sobre o Curso juntado às fls. 291.

Seguem abaixo dados institucionais:

Recredenciamento	Parecer CEE 322/2019, Portaria CEE-GP 461/2019, publicada em 30/10/2019, por 05 anos
Direção	Ricardo Yukio Asano, mandato de 24/4/2021 a 23/4/2025
Renovação do Reconhecimento	Parecer CEE 574/2017, Portaria CEE-GP 665/2017, publicada em 21/12/2017, por 05 (cinco) anos. O Curso obteve 3 no ENADE de 2021

1.2 APRECIÇÃO

Com base nas normas vigentes, nos dados do Relatório Síntese e no Relatório da Comissão de Especialistas, apresentamos as informações sobre a oferta do curso e fazemos as apreciações que seguem.

Responsável pelo Curso: Rafael de Almeida Serra Dias, Doutor em História pelo Instituto Universitário de Lisboa-Portugal, ocupa, atualmente, o cargo de Coordenador do Curso, segundo informação dos Especialistas.

DADOS GERAIS

Horários de Funcionamento	Diurno: das 8h30 min. às 12h00 aos sábados. Noite: das 18h20min. às 22h de segunda a sexta-feira
Duração da hora/aula	50 minutos
Carga horária total do Curso	3.266 h
Número de vagas oferecidas	Noite: 60 vagas, por semestre
Tempo para integralização	Mínimo: 04 anos (8 semestres) Máximo: 06 anos (12 semestres)



Caracterização da Infraestrutura Física da Instituição reservada para o Curso

Instalações	Quantidade	Capacidade
Salas de aula	03	60
Laboratório de Informática	03	40
Apoio	04	60

Biblioteca

Tipo de acesso ao acervo	Livre
É específica para o curso	Não
Total de livros para o curso (nº)	Títulos: 2929
Periódicos	49
Videoteca/Multimídia	38
Teses	52
Outros	Biblioteca Virtual Pearson

Relação Nominal do Corpo Docente

Nome	Titulação Acadêmica	R.T.	Disciplina(s)
Aparecido José Carlos Nazário	Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada – USP Graduação em Bacharelado em Letras Pós-Doutorado	H	Produção de Texto
Carina Piovani Mora	Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia- Centro Universitário Internacional Graduação em História	H	História da América Pre-Colombiana Projeto de Pesquisa na Área de História - Produção Científica na área de História TCC I e II História da África
Edmilson Nogueira	Mestre em Educação – UNICAMP Graduação em Filosofia	H	História e Filosofia da Educação Antropologia Cultural Filosofia Política História da Cultura Contemporânea
José Fernando Teles da Rocha	Doutor em Educação – UNICAMP Graduação em História	H	Teoria da História I e II Práticas de Ensino História Contemporânea I e II Estágio Supervisionado
Maria Cristina Pelaes David	Especialista em Educação - Faculdade de Educação São Luís Graduação em Pedagogia (em andamento) Graduação em Ciências Biológicas	H	Didática: Fundamentos da Educação Prática de Ensino I
Maria de Lourdes Silva	Mestre em Educação – Universidad de la Empresa - Uruguai Graduação em Letras-Libras	H	Libras – Ensino da Linguagem de Sinais
Mathias de Abreu Lima Filho	Mestre em Filosofia – PUC/SP Graduação em Psicologia	H	Patrimônio Histórico e Cultural – Gestão e Doc.de Acervos Museológicos História da Arte
Nathalya Ferreira Raseira	Especialista em História do Brasil - Universidade Cândido Mendes Graduação em História	H	História do Brasil Colônia I e II História da América Colonial História do Brasil Império I e II História da América Latina Contemporânea
Olinda de Cassia Garcia Sando	Mestre em Educação - Universidade São Francisco Graduação em Letras	H	Metodologia do Trabalho Científico
Pedro Marcelo Galasso	Especialista em Política e Sociedade - Centro Universitário Barão de Mauá Graduação em Ciências Sociais.	H	Introdução aos Estudos Históricos Historiografia Brasileira História dos Estados Unidos História Moderna I e II
Rafael de Almeida Serra Dias	Doutor em História - Instituto Universitário de Lisboa-Portugal Graduação em História	H	História Regional Historia do Brasil Republica I e II
Renata Cardoso Belleboni	Doutora em História – UNICAMP Graduação em História Tem Pós-Doutorado	H	História da Antiguidade Oriental História Antiga História Medieval I e II
Rodrigo Mendes Rodrigues	Mestre em Educação – PUC/SP Graduação em Pedagogia; Filosofia	H	Sociologia
Sandro Silva Araujo	Especialista em Psicologia do Desenvolvimento - Universidade de Araraquara Graduação em Filosofia	H	Psicologia da Educação Psicologia da Adolescência
Vânia Gayer	Mestre em Educação - Universidade São	H	Tecnologias Aplicadas a Educação



	Francisco Graduação em Matemática		Estatística Aplicada a Educação
Viviane Aparecida de Souza	Especialista em Práticas de Letramento e Alfabetização - Universidade Federal de São João Del-Rei Graduação em Pedagogia	H	Didática: Docência

Classificação da Titulação segundo a Deliberação CEE 145/2016

TITULAÇÃO	Nº	%
Especialistas	06	37,50
Mestres	06	37,50
Doutores	04	25
TOTAL	16	100

Dois professores possuem Pós-Doutorado. O corpo docente apresentado atende à Deliberação CEE 145/2016, que define para as faculdades isoladas 1/3 dos docentes com título de mestre/doutor, sendo 1/9 com título de doutor.

Corpo Técnico Disponível para o Curso

Tipo	Quantidade
Laboratório Informática	01 (Atende todos os cursos)
Laboratório de História	01
Biblioteca	02

Demanda do Curso nos últimos Processos Seletivos

Período	VAGAS		CANDIDATOS		Relação Candidato/Vaga	
	Manhã	Noite	Manhã	Noite	Manhã	Noite
2018	x.x	60	x.x	16	x.x	0.3
2019	x.x	60	x.x	-	x.x	-
2020	x.x	60	x.x	-	x.x	-
2021	x.x	60	x.x	-	x.x	-
2022	x.x	60	x.x	-	x.x	-

Observa-se que este Curso não forma turmas desde 2019.

Demonstrativo de Alunos Matriculados e Formados no Curso

Período	MATRICULADOS						Egressos	
	Ingressantes		Demais séries		Total		Manhã	Noite
	Manhã	Noite	Manhã	Noite	Manhã	Noite		
2018	x.x	16	x.x	16	x.x	24	x.x	24
2019	x.x	x.x	x.x	x.x	x.x	18	x.x	18
2020	x.x	x.x	x.x	x.x	x.x	17	x.x	17
2021	x.x	x.x	x.x	x.x	x.x	0	x.x	0
2022	x.x	x.x	x.x	x.x	x.x	13	x.x	13

Há 13 treze alunos remanescentes no curso.

Quadro Síntese da Carga Horária Curricular Quadro A – CH das Disciplinas de Formação Didático-Pedagógica

Estrutura Curricular	CH das disciplinas de Formação Didático-Pedagógica				
	Disciplinas	Ano / semestre letivo	CH Total (50 min)	Carga horária total inclui:	
				CH EaD	CH PCC
Didática: Fundamentos da Educação	1/1º sem	40 h/a	--	--	
História da Educação	1/1º sem	40 h/a	--	--	
Legislação na Educação Básica	1/1º sem	40 h/a	--	--	
Ensino de História e Cultura Filmográfica no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	1º/1º sem	40 h/a	--	12h/a	
Ensino de História e Cultura Visual no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	1º/2º sem	40 h/a	--	12h/a	
Sociologia da Educação	1/2º sem	40 h/a	--	--	
Diagnóstico da Realidade do Ensino na Educação Básica	1/2º sem	40 h/a	--	--	
Didática: docência	2/3º sem	80 h/a	--	12 h/a	
Psicologia da Educação	2/3º sem	40 h/a	--	--	
Currículo na Educação Básica	2/3º sem	40 h/a	--	--	
Estatística Aplicada a Educação	2/3º sem	40 h/a	--	--	
Ensino de História e Cultura Musical e Literária no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	2º/3º sem	40 h/a	--	12 h/a	
Psicologia da Adolescência	2/4º sem	40 h/a	--	12 h/a	
Filosofia da Educação	2/4º sem	40 h/a	--	--	



Currículo de História na Educação Básica	2/4º sem	40 h/a	--	12 h/a
Antropologia e Cotidiano Escolar	2/4º sem	40 h/a	--	12 h/a
Ensino de História no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	3/5º sem	80 h/a	--	12 h/a
Planejamento e gestão da escola e da sala de aula	3/6º sem	80 h/a	--	14 h/a
Ensino de História em ambientes não formais de Aprendizagem	3/6º sem	40 h/a	--	12 h/a
Libras	4/7º sem	40 h/a	--	--
Avaliação do Desempenho Escolar e o Desenvolvimento Profissional	4/7º sem	80 h/a	--	--
Ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica	4/7º sem	80 h/a	--	12 h/a
Educação e Inclusão	4/8º sem	80 h/a	--	12 h/a
Subtotal da carga horária de PCC		1160h/a		146h/a
Carga horária total (60 minutos)		966 h		121.66h

Quadro B – Carga Horária das Disciplinas de Formação Específica

Disciplinas	Ano / semestre letivo	CH Total	CH das disciplinas de Formação Específica				
			Carga Horária Total inclui:				
			EaD	PCC	Revisão		
Conteúdos Específicos	LP	TICs					
História da Antiguidade Oriental	1º/1º sem	80 h/a	-	--	12 h/a	--	--
História do Brasil Colônia I	1º/1º sem	80 h/a	-	--	24 h/a	--	--
Estratégias de Leitura e Produção de Texto	1º/1º sem	40 h/a	-	--	--	20 h/a	--
Introdução aos Estudos Históricos I	1º/1º sem	40 h/a	-	--	--	--	--
História Antiga	1º/2º sem	80 h/a	-	24 h/a	--	--	--
História do Brasil Colônia II	1º/2º sem	80 h/a	-	24 h/a	--	--	--
Metodologia do Trabalho Científico	1º/2º sem	40 h/a	-	--	--	--	--
Introdução aos Estudos Históricos II	1º/2º sem	40 h/a	-	--	--	--	--
Tecnologias Aplicadas a Educação	1º/2º sem	40 h/a	-	--	--	--	40 h/a
História Medieval I	2º/3º sem	80 h/a	-	12 h/a	12 h/a	--	--
História do Brasil Império I	2º/3º sem	80 h/a	-	12 h/a	24 h/a	--	--
História Medieval II	2º/4º sem	80 h/a	-	12 h/a	--	--	--
História do Brasil Império II	2º/4º sem	80 h/a	-	12 h/a	--	--	--
História da América I	2º/4º sem	40 h/a	-	12 h/a	12 h/a	--	--
Livro Didático e Paradidático e a Prática Docente: estratégias pedagógicas	2º/4º sem	40 h/a	-	24 h/a	--	--	--
História Moderna I	3º/5º sem	80 h/a	-	12 h/a	12 h/a	--	--
História do Brasil República I	3º/5º sem	80 h/a	-	12 h/a	24 h/a	--	--
História da América II	3º/5º sem	40 h/a	-	12 h/a	--	--	--
Teoria da História I	3º/5º sem	40 h/a	-	--	--	--	--
Sociologia e Cotidiano Escolar	3º/5º sem	40 h/a	-	--	--	--	--
Mídias Aplicadas a Educação	3º/5º sem	40 h/a	-	--	--	--	40 h/a
História Moderna II	3º/6º sem	40 h/a	-	12 h/a	--	--	--
História do Brasil República II	3º/6º sem	80 h/a	-	12 h/a	--	--	--
Teoria da História II	3º/6º sem	40 h/a	-	--	--	--	--
Ensino de História e Arte	3º/6º sem	40 h/a	-	12 h/a	--	--	--
Patrimônio Histórico-Cultural e a prática docente	3º/6º sem	40 h/a	-	12 h/a	--	--	--
Pesquisa e Ensino I	3/6º sem	40 h/a	-	-	--	--	--
História da África	4º/7º sem	40 h/a	-	12 h/a	12 h/a	--	--
História Contemporânea I	4º/7º sem	40 h/a	-	12 h/a	12 h/a	--	--
Ensino de História: oficinas em sala de aula	4º/7º sem	40 h/a	-	24 h/a	--	--	--
Gestão e Documentação de Acervos Museológicos na Escola	4º/7º sem	40 h/a	-	12 h/a	--	--	--
Pesquisa e Ensino II	4/7º sem	40 h/a	-	--	-	-	-
História Contemporânea II	4º/8º sem	80 h/a	-	12 h/a	--	--	--
História Regional	4º/8º sem	40 h/a	-	12 h/a	--	--	--
Filosofia Política	4º/8º sem	40 h/a	--	--	--	--	--
Ensino de História e Cultura Contemporânea	4º/8º sem	40 h/a	-	12 h/a	--	--	--
Ensino de História: projetos transdisciplinares	4º/8º sem	80 h/a	-	24 h/a	--	--	--
Pesquisa e Ensino III	4/8º sem	40 h/a	-	--	--	--	--
Subtotal da carga horária de PCC, Revisão, LP, TIC		2040h/a		336h/a	144 h/a	20 h/a	80 h/a
Carga horária total (60 minutos)		1700 h		280 h	120 h	16.66h	66.66 h
					120 + 16.66 + 66.66= 203.32		

Quadro C – Carga Horária Total

TOTAL	Horas	Inclui a carga horária de
Disciplinas de Formação Didático-Pedagógica	966 h	PCC – 121.66 h PCC – 280 h Total - 401,66
Disciplinas de Formação Específica da licenciatura ou áreas correspondentes	1700 h	Revisão / LP / TIC – 203,32
Estágio Curricular Supervisionado	400 h	-----
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)	200 h	-----
Total da carga horária do curso	3.266 h	



Matriz Curricular por Semestre

1º SEMESTRE			
Componentes Curriculares		Nº de aulas semanais	Carga Horária h/a
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História	História da Antiguidade Oriental	04	80
	História do Brasil Colônia I	04	80
	Estratégias de Leitura e Produção de Texto	02	40
	Introdução aos Estudos Históricos I	02	40
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica	Didática: Fundamentos da Educação	02	40
	História da Educação	02	40
	Legislação na Educação Básica	02	40
	Ensino de História e Cultura Filmográfica no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	02	40
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura			240
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica			160
2º SEMESTRE			
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História	História Antiga	04	80
	História do Brasil Colônia II	04	80
	Introdução aos Estudos Históricos II	02	40
	Tecnologias Aplicadas a Educação	02	40
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica	Metodologia do Trabalho Científico	02	40
	Sociologia da Educação	02	40
	Diagnóstico da Realidade do Ensino na Educação Básica	02	40
	Ensino de História e Cultura Visual no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	02	40
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura			280
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica			120
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento			40 h/r
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura (CCEL)			520
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica (CCNDP)			280
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)			80 h/r
Total do 1º ano – CCEL + CCNDP (h/a)			800 h/a
3º SEMESTRE			
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História	História do Brasil Império I	04	80
	História Medieval I	04	80
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica	Didática: docência	04	80
	Psicologia da Educação	02	40
	Currículo na Educação Básica	02	40
	Estatística Aplicada a Educação	02	40
	Ensino de História e Cultura Musical e Literária no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	02	40
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura			160
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica			240
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento			40 h/r
4º SEMESTRE			
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História	História do Brasil Império II	04	80
	História Medieval II	04	80
	História da América I	02	40
	Livro didático e paradidático e a prática docente: estratégias pedagógicas	02	40
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica	Filosofia da Educação	02	40
	Psicologia da Adolescência	02	40
	Currículo de História na Educação Básica	02	40
	Antropologia e cotidiano escolar	02	40
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura			240
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica			160
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento			40 h/r
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura (CCEL)			400
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica (CCNDP)			400
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)			80 h/r
Total do 2º ano – CCEL + CCNDP (h/a)			800
5º SEMESTRE			
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História	História do Brasil República I	04	80
	Teoria da História I	02	40
	História Moderna I	04	80
	História da América II	02	40
	Sociologia e Cotidiano Escolar	02	40
	Mídias Aplicadas a Educação	02	40



Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica	Ensino de História no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	04	80
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura			320
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica			80
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento			40 h/r
6º SEMESTRE			
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História	História do Brasil República II	04	80
	História Moderna II	02	40
	Teoria da História II	02	40
	Ensino de História e Arte	02	40
	Patrimônio Histórico-Cultural e a prática docente	02	40
	Pesquisa e Ensino I	02	40
	Ensino de História em ambientes não formais de aprendizagem	02	40
	Planejamento e gestão da escola e da sala de aula	04	80
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura			280
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica			120
Estágio Supervisionado I			160 h/r
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura (CCEL)			600
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica (CCNDP)			200
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)			40 h/r
Estágio Supervisionado I (ES)			160 h/r
Total do 3º ano – CCEL + CCNDP (h/a)			800 h/a
7º SEMESTRE			
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História	História da África	02	40
	História Contemporânea I	02	40
	Ensino de História: oficinas em sala de aula	02	40
	Gestão e documentação de acervos museológicos na escola	02	40
	Pesquisa e Ensino II	02	40
	Avaliação do desempenho escolar e o desenvolvimento profissional	04	80
	Libras	02	40
	Ensino de História e cultura indígena na Educação Básica	04	80
	Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura		
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica			200
Estágio Supervisionado II (**)			160 h/r
8º SEMESTRE			
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História	Filosofia Política	02	40
	História Contemporânea II	04	80
	História Regional	02	40
	Ensino de História: projetos transdisciplinares	04	80
	Ensino de História e Cultura Contemporânea	02	40
	Pesquisa e Ensino III	02	40
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica	Educação e Inclusão	04	80
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura			320
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica			80
Estágio Supervisionado III (**)			80 h/r
Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura (CCEL)			520
Conteúdos Curriculares de Natureza Didático-Pedagógica (CCNDP)			280
Estágio Supervisionado II e III (ES)			240 h/r
Total do 4º ano – CCEL + CCNDP (h/a)			800

Resumo da Carga Horária

TOTAL	Hora/aula	Horas	Inclui a carga horária de
Disciplinas de Formação Didático-Pedagógica	1.160	966 h	PCC –121.66 h
Disciplinas de Formação Específica da licenciatura ou áreas correspondentes	2.040	1700 h	PCC –280 h
Estágio Curricular Supervisionado		400 h	Total 401.66 h
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)		200 h	Revisão / LP / TIC – 203.32h
Total da carga horária do curso	3.200	3.266 h	

A matriz curricular do Curso atende à Resolução CNE/CES 02/2019, que estabelece carga horária mínima de 3.200 horas, para os cursos de licenciatura, à Deliberação CEE 154/2017 e à Resolução CNE/CES 03/2007, que dispõe sobre o conceito de hora-aula.



Comissão de Especialistas

Os Especialistas analisaram os documentos encaminhados pela Instituição, visitaram as instalações do Curso, realizaram reuniões com Diretor, Vice-Diretora, Coordenadora do Curso, Coordenadora Pedagógica, Docentes, Discentes e Funcionários. Destacamos a seguir pontos principais de seu Relatório.

Contextualização do Curso, do Compromisso Social e da Justificativa apresentada pela Instituição

“O processo assinala nas páginas 11 a 13 que a Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista (FESB) oferece a Licenciatura em História desde 1985 (Parecer CEE nº 2.188/84 e Decreto Federal nº 91.040/85) e que o Curso visa a formação de professores cientes da condição indissociável entre a mediação do conhecimento histórico e dinâmicas pedagógicas específicas para tal fim. Neste sentido, no interior das disciplinas, de modo particular e interdisciplinar, os discentes são orientados a não apenas refletir sobre os conteúdos e metodologias já produzidos, mas desenvolver e divulgar seus próprios conteúdos e práticas por meio da leitura, análise e diálogo das fontes primárias e bibliográficas publicadas na área. Do mesmo modo, sempre que pertinente, são orientados a reconhecer os diferentes espaços profissionais onde, por ventura, poderão atuar, como escolas (municipais, estaduais e particulares), museus (escolares ou não), arquivos (públicos e particulares), setores públicos e privados de turismo e cultura, etc., considerando-se que há pouca oferta de aulas em instituições públicas ou privadas de ensino. Tendo em vista estas proposições, uma das finalidades, a diversificação da formação profissional, não intenciona desmerecer ou não priorizar o propósito maior da formação docente.

Compromisso Social

O Compromisso Social do Curso busca uma formação baseada no diálogo, na troca, na formulação de perguntas, na construção de relações positivas entre professores e alunos, acreditando que o conhecimento não é algo situado fora do indivíduo, mas a ser construído com a ajuda dos mais diversos agentes sociais. A construção deste conhecimento depende da organização de atividades de ensino e aprendizagem e da relação interativa entre professor e aluno. A atenção está no desenvolvimento de atividades que favoreçam uma aprendizagem significativa e significante; capaz de levar o aluno a vislumbrar ética, responsabilidade, compromisso, ideais que a realidade e circunstância lhe proporcionarão.

Justificativa

O Curso em pauta se propõe a oferecer uma formação que prioriza a busca do conhecimento, a fim de formar profissionais competentes para atuarem na sociedade com responsabilidade. Observou-se que a FESB, com mais de 50 anos de existência, apresenta características de uma Instituição fortalecida e madura, capaz de favorecer o Curso de História em todos os aspectos que se fizer necessário para continuar sua missão, que é estimular a busca do conhecimento e formar profissionais competentes e críticos para atuarem na sociedade com responsabilidade, rigor e qualidade.”

Objetivos Gerais e Específicos

“A avaliação dos Objetivos Gerais e Específicos elencados nas páginas 14 a 16 dos autos do processo, apresentam-se como adequados a formar graduados capazes de atuar segundo as competências esperadas.”

Currículo, Ementário, Bibliografia

“O Currículo do Curso de Licenciatura em História da FESB está adequado quanto às orientações da Deliberação CEE nº 111/2012, republicada em 27 de junho de 2014, de acordo com as alterações das Deliberações nº 126/2014 e nº 132/2015, alterada pela Deliberação CEE nº 154/2017; e CEE nº 132, de 8 de abril de 2015.

A distribuição das disciplinas de formação específica segue uma lógica temporal no sentido de que o conhecimento histórico seja cronológico e espacial. As disciplinas específicas de formação didático-pedagógica estão organizadas de maneira a proporcionar ao discente uma formação teórico-didática gradual, no que tange à formação teórica conceitual e finaliza com as práticas.

As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) se distribuem ao longo dos semestres letivos e apresentam-se à parte das disciplinas, adequadas e em cumprimento à legislação vigente quanto à carga horária e distribuição na matriz curricular. Suas 200 horas estão em conformidade com a Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2017.

O Estágio Curricular Supervisionado também realizado à parte das disciplinas, atende a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Deliberação CEE nº 87/2009, a Deliberação CEE nº 126/2014, a Deliberação CEE nº 154/2017 e as Diretrizes Curriculares das Licenciaturas, no tocante à sua realização e carga horária de 400 horas.

O Curso é semestral, seriado e a lógica com que se apresenta é condizente com o processo de formação para a Licenciatura em História. As ementas das disciplinas pedagógicas e de formação específica estão adequadas à proposta. As bibliografias, tanto a básica quanto a complementar, indicadas nos planos de ensino, encontram-se concordantes com os conteúdos voltados ao conhecimento histórico e às práticas didático-pedagógicas.

No tocante ao Tempo de Integralização, o Curso está de acordo com a legislação. Seu tempo mínimo de integralização é 4 (quatro) anos ou 8 (oito) semestres, e o máximo de 6 (seis) anos ou 12 (doze) semestres, seguindo as normas federais e estaduais.



A carga horária disciplinar e as disciplinas que a constituem estão de acordo com a Deliberação CEE nº 111/2012, no que tange à formação de professor para a Educação Básica; alterada pela Deliberação CEE nº 154/2017 e em acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015.

Vale indicar que o Curso, atualmente, não se encontra em funcionamento, pois sua última turma regular concluiu o Curso em dezembro de 2021, com colação de grau ocorrida em janeiro de 2022.”

Matriz Curricular

A matriz curricular foi aprovada pelo CEE através da Portaria GP nº 665/2017, conforme Resolução SEE de 18 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de dezembro de 2017, a partir do Parecer CEE nº 574/20127, publicado no Diário Oficial do Estado em 19 de dezembro de 2017.

“No Projeto Político Pedagógico consta que o Curso de História está voltado, fundamentalmente, para a formação de profissionais da área da Educação dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. E que com esta caracterização ele intenciona “fornecer subsídios pedagógicos, teóricos e metodológicos que possibilitem ao futuro professor comprometer-se com a busca pela compreensão das transformações que ocorrem na realidade social vigente, que o levará a ter posturas sociais mais plausíveis com aquelas de seus futuros educandos”. De maneira igual, o Curso caracteriza-se por orientar os discentes a atuarem no “processo de evolução do mundo atual de forma ética e com a preocupação com a assimilação e construção de conhecimentos”. Dessa maneira, há o incentivo para que os egressos se tornem agentes ativos do processo de ensino, com práticas inovadoras desenvolvidos no Curso, buscando em sua atuação o senso crítico e com diferentes visões do contexto histórico no qual está inserido (p. 16, do processo). E nisto, as DCN’s são evocadas e há a indicação de atividades de formação concomitantes vinculadas às disciplinas e ao desenvolvimento do Curso durante o período de formação do estudante, como o desenvolvimento de pesquisas, estudos do meio, análise de fontes e registros históricos e educacionais diversos, etc. Estas atividades atendem as exigências de desenvolvimento das competências e habilidades exigidas pelas DCN’s e normas que regulamentam a Licenciatura em História. No Curso há a indicação do projeto norteador das atividades práticas, “Ensinar a ensinar História”, que contempla ações educativas e atividades no ambiente escolar, por meio da participação de estudantes, que em muito ajudarão os egressos no mercado de trabalho (p. 260-281, do processo).”

Metodologias de Aprendizagem

“No Projeto Político Pedagógico se observa que desde o início do Curso, a matriz curricular estabelece relação intrínseca com o processo de desenvolvimento de autonomia de aprendizagem e o desenvolvimento da criticidade e da ação reflexiva. É possível verificar a existência de disciplinas voltadas à formação do licenciado com experiências metodológicas de ensino de História, com disciplinas de conteúdo que estabelecem as práticas curriculares e análise de material didático e o uso de tecnologias.

No tocante às disciplinas específicas da área de História, algumas delas se voltam para a formação em áreas diretamente relacionados na atuação do profissional de História com ações educativas em ambientes além do escolar.

Há no processo a indicação de que o Curso é atendido pelo Programa de Iniciação Científica – PIC, que se caracteriza como um instrumento de formação que permite introduzir os estudantes em projetos de pesquisa (p. 55, do processo).

Também há o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES, cujo objetivo maior está em oportunizar ao futuro professor vivenciar experiências do cotidiano escolar, ao relacionar prática com teoria. As experiências mostraram-se bem-sucedidas, conforme relatos apresentados pela Coordenação da Faculdade.

Nos autos, entre as páginas 55 e 57, é possível vislumbrar alguns dos projetos desenvolvidos e neles se observam ações participantes dos estudantes como protagonistas em ações tanto realizadas no ambiente da unidade universitária quanto em ambiente diversos, como museus e escolas públicas.”

Estágio Supervisionado

“O Projeto de Estágio Curricular Supervisionado aparece indicado no Projeto Político Pedagógico e está em conformidade com a legislação pertinente, como a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; a Deliberação CEE nº 87/2009; a Deliberação CEE nº 126/2014, em seu artigo 7º; a Deliberação CEE nº 154/2017, em seu artigo 4º, inciso IV; e as Diretrizes Curriculares das Licenciaturas. Sua carga horária é de 400 horas e de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) sua regulamentação ocorre em três etapas, conforme descrições constantes nas páginas 235 a 259, do processo CEE.

O Estágio Curricular Supervisionado, coordenado por um supervisor designado a cada semestre, se distribui por três semestres, sendo que nos 6º e 7º semestres apresentam a carga horária de 160 horas cada um, e no 8º semestre, 80 horas (p. 241, do processo).

São desenvolvidos em escolas públicas municipais e estaduais ou privada, conveniadas, de Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e EJA (Educação de Jovens e Adultos) e Médio e EJA (p. 243, do processo).”

Projeto das atividades práticas

“No processo, entre as páginas 260 e 281, constam informações sobre o projeto norteador das atividades práticas: “Ensinar a ensinar História”. As Práticas como parte dos Componentes Curriculares estão em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2/2015, capítulo V, inciso I, como também no disposto na Resolução CEE nº 111/2012, capítulo II, inciso II, item “c”, atualizada pela deliberação CEE nº 154/2017, e



pela Indicação CEE nº 160/2017, que determina o desenvolvimento mínimo de 400 horas, a serem realizadas ao longo do curso, destinadas a permitir ao futuro professor, dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, vivenciar, de modo crítico e reflexivo, as diferentes dimensões do saber na prática da docência. Suas ações evocam as DCN's e aparecem discriminadas em atividades interdisciplinares de pesquisa, coleta e análise de fontes e registros históricos acerca de ações educativas em sala de aula (p. 273, do processo). Suas ações aparecem descritas no PPP e as suas responsabilidades de execução estão a cargo dos professores do Curso."

Trabalho de Conclusão de Curso

"Os autos do processo registram nas páginas 21 e 22 que o Trabalho de Conclusão de Curso é considerado imprescindível para a conclusão do Curso, pois permite avaliar as reais condições de aprendizagem do aluno nas atividades de pesquisa ou a partir da participação em ações de iniciação científica. Suas diretrizes estão de acordo com as recomendações das DCN's específicas. A documentação encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.fesb.br/channel_students/9-tcc."

Funcionamento do Curso, Formas de Acompanhamento dos Egressos

"O Curso de Licenciatura em História oferece 60 vagas no período noturno, com ingresso via vestibular. Já quanto ao acompanhamento dos egressos, não há no processo detalhamento de como isto ocorre. Apenas existe menção que muitos ex-alunos prosseguiram os estudos e se encontram atualmente matriculados em cursos stricto sensu de mestrado e doutorado, como também aqueles que, já titulados, se encontram integrados ao corpo docente da FESB (p. 54, do processo)."

Sistema de Avaliação do Curso

"No Projeto Político Pedagógico há informações descritivas dos processos de avaliação do Curso de História, que ocorrem em duas etapas internas – avaliação institucional e avaliação da disciplina – e uma externa.

Sobre a avaliação institucional, verifica-se, na documentação, que ela se realiza mediante ações da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da FESB (CPA) e que tem por finalidade a condução dos processos de avaliação de todos os aspectos e dimensões do ensino superior da instituição, conforme estipula o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, publicada no DOU de 15 de abril de 2004. Esse modelo avaliativo atende à Deliberação CEE nº 4, de 13 de abril de 2000. Nele, ocorrem duas avaliações: uma avaliação docente, realizada de maneira individual e tendo por parâmetros instrumentos aprovados pela CPA; e, outra, realizada pelos discentes, também de maneira individual, que avaliam os professores e as disciplinas em que estiveram matriculados (p. 62, do processo).

Consta que no processo avaliativo das disciplinas os discentes são orientados a avaliar o cumprimento do plano de ensino (apresentado pelo docente no início do semestre), os objetivos da disciplina, a adequação da bibliografia e dos recursos didáticos para o cumprimento do conteúdo pedagógico, etc.

Especificamente sobre a avaliação das disciplinas, consta que os docentes são orientados a consultar os alunos sobre o andamento de suas disciplinas, a fim de compreender se a maneira como realizam as suas exposições estão de acordo com as expectativas e os objetivos do Curso (p. 63, do processo). Infelizmente, nas ementas e nos planos de ensino apresentados no processo não é possível evidenciar se os seus objetivos de desenvolvimento de competências e habilidades ocorrem enquanto processo de avaliação das atividades de ensino e aprendizagem. Em conversa com a Direção, fomos informados que os seus resultados são tabulados e disponibilizados aos docentes, para ações conjuntas de planejamento didático-pedagógico."

Ressalte-se que a Deliberação CEE 04/2000, foi revogada pela Deliberação CEE 160/2018, que dispõe sobre o processo de autoavaliação de Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino de São Paulo.

Cursos de Licenciatura - atender: 1 - BNCC; 2 – Currículo Paulista; 3 – Deliberação CEE nº 154/2017, analisando criteriosamente a planilha de Análise dos Processos e os quadros (Anexo 10 e 11 da Deliberação CEE nº 171/2019) referente: - Conteúdos; - Bibliografias; - Carga Horária; -Projeto de Estágio; e - Projeto de Prática como Componente Curricular.

"O Curso encontra-se adequado quanto às orientações emitidas na legislação vigente, como na Deliberação nº 111/2012, republicada em 27 de junho de 2014, de acordo com as alterações das Deliberações nº 126/2014 e nº 132/2015, alterada pela Deliberação nº 154/2017 e nº 132, de 8 de abril de 2015. A proposta também se adequa à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada ao longo do ano de 2018. Referente ao cumprimento da Deliberação CEE nº 154/2017, em especial aos quadros constantes na planilha concernente às diretrizes curriculares complementares para a formação de docentes para a Educação Básica, consta o adequado cumprimento à Deliberação CEE nº 171/2019. Consta, também, dentre a documentação encaminhada, sua aprovação com renovação de reconhecimento por 5 (cinco) anos junto ao CEE, em dezembro de 2017."

Atividades Relevantes



“O Curso oferece atividades de pesquisa e ensino. Entretanto, não se vislumbram no Projeto Político Pedagógico informações sobre ações empreendidas no âmbito da extensão. Mas dentre as atividades desenvolvidas e relacionadas às práticas de ensino, há informações sobre a atuação de estudantes na rede pública de ensino.”

Recursos Educacionais de Tecnologia da Informação

“Observou-se que algumas ementas e a disciplina “Mídias Aplicadas à Educação”, previstos no Projeto Político Pedagógico, preveem o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. É importante ressaltar que o uso de recursos educacionais de tecnologia, pelo que se vislumbra no processo, permite uma formação do egresso / licenciado de maneira a utilizar as ferramentas tecnológicas como processo de produção do conhecimento, tanto nas disciplinas voltadas para conteúdos curriculares de natureza didático-pedagógica quanto no processo de construção do conhecimento histórico.”

Docentes e Coordenador

“Infelizmente, o Curso de História não se encontra em funcionamento. Apenas há no câmpus a presença física de seu atual coordenador: o Prof. Dr. Rafael de Almeida Silva Dias, que também ocupa a vice direção institucional. Em conversa conosco, mostrou conhecimento técnico-administrativo na condução do Curso. Ele apresenta como formação acadêmica, a graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2005), mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP, 2011) e doutorado em História pelo Instituto Universitário de Lisboa – Portugal (ISCTE, 2017).”

Já os demais professores indicados como pertencentes ao quadro docente institucional somam-se 14 docentes. Suas titulações e regime de trabalho estão de acordo com a Deliberação CEE 145/2016 (p. 76-77, do processo). A formação de cada docente atende aos requisitos de qualificação, atualização e aderência às disciplinas que lecionam.

Plano de Carreira

“A Instituição possui Plano de Carreira instituído pela Portaria nº 79, de 8 de dezembro de 2016, publicada no DOU, nº 236, Seção 1, página 156, de 9 de dezembro de 2016. Além disso, todos os professores são contratados sob regime de trabalho como “horistas”.

Núcleo Docente Estruturante (NDE) ou estrutura similar e Colegiado do Curso

“Na estrutura administrativa do Curso há o Conselho de Curso. Infelizmente no Projeto Político Pedagógico não constam informações adicionais acerca do Conselho de Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE).”

Infraestrutura Física, dos Recursos e do acesso a Redes de Informação (Internet e Wi-fi)

“Foi possível constatar que a Instituição possui infraestrutura adequada ao funcionamento do Curso de História, com salas de aula, biblioteca, salas de estudos (coletivas e individuais no espaço da Biblioteca), laboratórios de informática, dependências administrativas, sala de professores e instalações sanitárias em plenas condições de funcionamento e de acordo com a legislação vigente. Os ambientes utilizados pelo Curso são limpos, ventilados, seguros e acessíveis, e a instituição dispõe e disponibiliza aos estudantes equipamentos com acesso à internet. O câmpus é atendido por rede de Wi-Fi, gratuito para alunos e visitantes. A instituição conta com cantina adequada para atendimento dos estudantes e espaço para impressão de documentos acadêmicos (serviço terceirizado). Há acessibilidade adequada.”

Biblioteca

A biblioteca atende a todos os cursos da FESB. Seu acervo é composto por livros, periódicos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso (tanto impressos quanto eletrônicos), bem como disponibiliza aos alunos e-books, como os constantes na Biblioteca Digital Pearson. Sua coleção é constantemente ampliada, tanto pela compra de títulos indicados pelos professores, quanto pela doação de livros realizada por outras instituições de ensino ou particulares. O acervo é diversificado e atende aos conteúdos constantes nos planos de ensino. Em seu espaço são encontrados mais de 28 mil livros, revistas, trabalhos acadêmicos, DVD, CD-ROM, fitas VHS, disponíveis para consulta e empréstimo. Em específico para o Curso de História há disponibilizado cerca de 3.000 títulos de livros, 49 títulos de periódicos, 38 títulos em sua videoteca e 52 teses. Em visita à biblioteca, encontramos com frequência 3 (três) títulos para cada livro indicado como bibliografia básica de disciplina. Notadamente ali se encontram disponibilizados os títulos indicados na bibliografia básica e complementar.

Apresenta-se como um espaço limpo e organizado. Possui apenas dois funcionários, sendo ambos bibliotecários. Conta com salas para estudo individual, mesas para estudo individual e para estudo em grupo, guarda volumes, área administrativa e área de leitura. Há computadores para consulta ao acervo e espaço específico com aparelho de TV com vídeo e DVD.

O acesso ao acervo é livre e o atendimento ocorre por 14 (quatorze) horas, ininterruptamente de 2a a 6ª-feira, das 9h às 23h, e, ainda, por 4 (quatro) horas aos sábados, das 9h às 13h, durante o período letivo. Seu sistema de circulação encontra-se informatizado pelo Sistema Totus, que permite a consulta ao acervo,



a realização de reservas e a renovação on-line dos materiais emprestados. Seu site é: <http://www.fesb.br/libraries>.”

Funcionários Administrativos

“A quantidade de funcionários para atender ao Curso mostra-se adequado.”

Manifestação Final dos Especialistas

“O Curso de História oferecido pela FESB atende a praticamente todas as exigências legais. O Projeto Político Pedagógico, analisado com a visita in loco, demonstrou estar de acordo com os princípios que o norteiam: proposicional, intencional, estratégico, coletivo, consensual, flexível e orientador. Considerou-se que o seu Projeto Político Pedagógico transcende o aspecto intencional, à medida que revela, a partir das observações empreendidas, não apenas como uma proposta, mas um conjunto de ações assentadas em bases realistas e realizáveis, sobretudo, a partir da constatação do envolvimento simétrico entre o setor técnico-pedagógico e o administrativo. Constatou-se que há uma prática de acompanhamento e de avaliação constante.

A Instituição realiza acompanhamento de seus egressos, pois revelaram que muitos prosseguiram os estudos e se encontram atualmente matriculados em cursos de mestrado e doutorado; como também aqueles que já titulados, em níveis de pós-graduação stricto sensu, se encontram concursados em universidades públicas ou fazendo parte de seu quadro de funcionários, tanto técnico quanto acadêmico.

Com a visita foi possível constatar que a Instituição possui infraestrutura adequada ao funcionamento do Curso de História, com salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática, dependências administrativas, sala de professores e instalações sanitárias em plenas condições de funcionamento e de acordo com a legislação vigente. Os ambientes utilizados pelo Curso são limpos, ventilados, seguros e acessíveis. A Instituição dispõe e disponibiliza aos estudantes equipamentos com acesso à internet e Wi-Fi, caso utilizem equipamento pessoal. A Instituição conta com cantina adequada para atendimento dos estudantes e espaço terceirizado com serviços de impressão de documentos acadêmicos. Há acessibilidade adequada. A biblioteca conta com atendimento especializado, assegurando o acesso não só aos alunos que necessitam utilizá-la cotidianamente, mas, também, as escolas de educação básica e a comunidade do entorno.

O Trabalho de Conclusão de Curso é parte integrante dos componentes curriculares obrigatórios. O estágio supervisionado atende às exigências legais, estabelecidas na Deliberação pertinente. No que se refere ao corpo docente e coordenação, de acordo com o processo, todos possuem formação adequada e ministram disciplinas aderentes às suas qualificações. Os professores elencados no Projeto Político Pedagógico – segundo conversa com a direção do Curso – demonstram envolvimento e comprometimento com as ações do Curso, o mesmo ocorrendo com a gestão do Curso.

Enquanto o Curso funcionou, houve o envolvimento de estudantes nas atividades complementares.

Quanto às reuniões com o corpo diretivo, coordenação e funcionários do Curso, possibilitaram-nos comprovar que o projeto pedagógico é desenvolvido e avaliado com a participação dos diferentes segmentos. A conversa possibilitou-nos, ainda, desvelar aspectos relevantes do Curso, bem como aspectos que merecem atenção para melhorias.

Aliás, como aspectos relevantes, esse grupo indicou a formação, o envolvimento e o comprometimento do corpo docente e da gestão com a qualidade do ensino prestado e o cumprimento de sua missão.

Os Especialistas finalizaram o Relatório circunstanciado sobre o Curso manifestando-se favoravelmente à Renovação do Reconhecimento do Curso de Licenciatura em História, ofertado pela Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista.”

Considerações Finais

O Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista, quando era oferecido com turmas regulares, mostrou pelos dados e pelo relato dos Especialistas, muito boa qualidade. O compromisso institucional e dos docentes em relação ao Curso mostrou-se alto. Atendeu, a mais, aos quesitos das normas vigentes. Observo que, infelizmente, não há formação de turmas para sua oferta desde 2019. Pelo demonstrativo de alunos matriculados e formados, conforme consta no presente processo, há remanescentes no Curso. Assim, acompanho a conclusão da Comissão de Especialistas pela renovação de reconhecimento desta licenciatura, porém apenas para sua conclusão pelos estudantes remanescentes no curso e para expedição dos diplomas.



2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Licenciatura em História, da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista, até a conclusão dos estudantes remanescentes no Curso e para fins de registro e expedição de diplomas.

2.2 Convalidam-se os atos acadêmicos praticados no período em que o Curso permaneceu sem Reconhecimento.

2.3 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 15 de março de 2023.

a) Consª Bernardete Angelina Gatti
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Hubert Alquéres, Jacintho Del Vecchio Junior, Marco Aurélio Ferreira, Marcos Sidnei Bassi, Maria Alice Carraturi e Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede.

Sala da Câmara de Educação Superior, 17 de maio de 2023.

a) Cons. Hubert Alquéres
no exercício da presidência nos termos do Art. 11 da Deliberação CEE 17/1973

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 07 de junho de 2023.

Cons. Roque Theophilo Júnior
Presidente

PARECER CEE 341/2023	-	Publicado no DOESP em 12/06/2023	-	Seção I	-	Página 26
Res. Seduc de 13/06/2023	-	Publicada no DOESP em 15/06/2023	-	Seção I	-	Página 25
Portaria CEE-GP 307/2023	-	Publicada no DOESP em 16/06/2023	-	Seção I	-	Página 24



**PLANILHA PARA ANÁLISE DE PROCESSOS
AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS DE LICENCIATURA
(DELIBERAÇÃO CEE Nº 111/2012)**

DIRETRIZES CURRICULARES COMPLEMENTARES PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCESSO CEE Nº: CEESP-PRC-2022/00317		
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE BRAGANÇA PAULISTA		
CURSO: LICENCIATURA EM HISTÓRIA	TURNO/CARGA HORÁ ATOTAL:	Diurno: ----- horas-relógio Noturno: 3.266 horas-relógio
ASSUNTO: ADEQUAÇÃO À DELIBERAÇÃO CEE nº 111/2012		

1- FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		DISCIPLINAS (onde o conteúdo é trabalhado)	PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art. 8º A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:			
I – 200 (duzentas) horas dedicadas a revisão de conteúdos curriculares, Língua Portuguesa e Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs).	Art. 9º As 200 (duzentas) horas do Inciso I do Artigo 8º incluirão:	I – revisão dos conteúdos do ensino fundamental e médio da disciplina ou área que serão objeto de ensino do futuro docente;	<p>História da Antiguidade Oriental</p> <p>Bibliografia Básica: DONADONI, Sérgio (dir.). O homem egípcio. Lisboa: Presença, 1990. JOÃO, Maria Thereza David. Tópicos de História Antiga Oriental. Curitiba/PR: InterSaberes, 2013. MOURREAU Jean-Jacques. A Pérsia dos Grandes Reis e de Zoroastro. Editora: Otto Pierre, 1987.</p> <p>Bibliografia de revisão: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicac_ao.pdf. FUNARI, Raquel dos Santos. Imagens do Egito Antigo: um estudo de representações históricas. São Paulo: Annablume/Unicamp; 2006. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.</p> <p>Bibliografia Básica: ALENCASTRO, Luis Felipe de. O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.</p>



			<p>História do Brasil Colônia I</p> <p>Bibliografia de revisão: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicac_ao.pdf. PESTANA, Fábio. Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos. São Paulo: contexto, 2008. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)</p>
			<p>História do Brasil Império I</p> <p>Bibliografia Básica: COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia a República: momentos decisivos. 9ª edição. São Paulo: Unesp, 2010. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). O Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 2005. (História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes). NOVAIS, Fernando A. História da Vida Privada no Brasil 2: império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>Bibliografia de revisão: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicac_ao.pdf. DOLHNIKOFF, Miriam. História do Brasil Império. São Paulo: Contexto, 2017. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.</p>
			<p>História do Brasil República I</p> <p>Bibliografia Básica: FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. NOVAIS, F. A. História da Vida Privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p> <p>Bibliografia de revisão: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicac_ao.pdf. NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República. São Paulo: Contexto, 2016. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)</p>
			<p>Bibliografia Básica: BASCHET, Jérôme. A civilização feudal: do ano mil à colonização da América. Rio de Janeiro: Globo, 2006. FRANCO JR., Hilário. A Idade Média: o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986. LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Bauru/SP: Edusc, 2005.</p> <p>Heróis e maravilhas da Idade Média. Rio de Janeiro: Vozes,</p>



CEESP/IC/2023/00363



			História Medieval I	2011. Bibliografia de revisão: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicac_ao.pdf . CARVALHO, Cibele. História medieval . Curitiba/PR:
				Intersaberes, 2016. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias . Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.
			História da América I	Bibliografia Básica: CARDOSO, Ciro Flamarion S. América Pré-Colombiana . São Paulo: Brasiliense, 2004. FERREIRA, Jorge Luiz. Incas e Astecas: Culturas Pré-Colombianas . 2. Ed. São Paulo: Ática, 1991. GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. Bibliografia de revisão: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicac_ao.pdf . PINSKI, Jaime [Et all]. História da América através de textos . São Paulo: Contexto, 2010. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias . Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.
			História Moderna I	Bibliografia Básica: ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista . Tradução João R. Martins Filho. São Paulo, Brasiliense, 2004. ARRUDA, José Jobson de Andrade. A grande revolução inglesa - 1640-1780 . Revolução Inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna. São Paulo: Departamento de História - USP/Hucitec, 1996. ELIAS, Norbert. A sociedade de corte . Tradução Ana Maria Alves, Lisboa: Editorial Presença, 1987. Bibliografia de revisão: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicac_ao.pdf .



CEESP/IC202300353



				MICELI, Paulo. História Moderna . São Paulo: Contexto, 2013. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias . Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.
			História Contemporânea I	Bibliografia Básica: HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. IGLESIAS, Francisco. A revolução Industrial . São Paulo: Brasiliense, 1981. RÉMOND, René. O século XIX: 1815-1914 . Introdução à história do nosso tempo. São Paulo: Cultrix, 1997. Bibliografia de revisão: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . MORAES, Luís Edmundo. História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra mundial . São Paulo: Contexto, 2017. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias . Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.
			História da África	Bibliografia Básica: BACELAR, Jefferson. Faces da tradição afro-brasileira . Riode Janeiro: Editora Pallas, 2006. FREIRE, P. A África Ensinando a Gente : Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2003. SILVÉRIO, V. R. Síntese da História Geral da África: Pré-História ao século XVI . Brasília: UNESCO, MEC, UFSCAR, 2013. _____, V. R. Síntese da História Geral da África: século XVI ao século XX . Brasília: UNESCO, MEC, UFSCAR, 2013. Bibliografia de revisão:
				BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . MATOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Contexto, 2007. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias . Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.
		II - estudos da Língua Portuguesa falada e escrita, da leitura, produção e utilização de diferentes gêneros de textos bem como a prática de registro e comunicação, dominando a norma culta a ser	Estratégias de Leitura e Produção de Texto	BRODBECK, Jane T.; COSTA, Antônio J. H.; CORREIA, Vanessa L. Estratégias de leitura em língua portuguesa . Curitiba: InterSaberes, 2012. FONTANA, Niura M.; PAVIANI, Neire M. Soldatelli; HARTMANN, Shirley Horácio de G.; SANTAROSA, Sebastião D. Práticas de leitura para o letramento no ensino superior . Curitiba: InterSaberes, 2012. KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2010. PRESSANTO, Isabel M. P. Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação . Caxias do Sul: EDUCS, 2009.



		praticada na escola;		
		III - utilização das Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) como recurso pedagógico e para o desenvolvimento pessoal e profissional.	Tecnologias Aplicadas a Educação	OLIVEIRA, José Márcio Augusto de. Escrevendo com o computador na sala de aula . São Paulo: Cortez, 2006. OLIVEIRA, Ramon de. Informática educativa: dos planos ediscursos à sala de aula . 10. ed. Campinas: Papyrus, 2006. TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas . 7. ed. São Paulo: Erica, 2007.
			Mídias Aplicadas a Educação	ALMEIDA, Maria Elizabeth B. de; MORAN, José Manuel. Integração das Tecnologias na Educação . Salto para o Futuro. Brasília: Ministério da Educação – Seed, 2005. BARBOSA, Ana Mae & AMARAL, L. (org.). Interterritorialidade: Mídias, contextos e educação . São Paulo: Senac, 2009. SANTAELLA, Lucia. Cultura das Mídias . São Paulo: Razão Social, 1992. Sites de apoio: http://www.eprinfo.mec.gov.br/ http://www.tvebrasil.com.br/ http://portal.mec.gov.br/midias-na-educacao http://rived.mec.gov.br/ http://tvescola.mec.gov.br/tve/home

1-FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		DISCIPLINAS (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art.10 - A formação didático-pedagógica compreende um corpo de conhecimentos e conteúdos educacionais – pedagógicos, didáticos e de fundamentos da educação – com o objetivo de garantir	I - conhecimentos de História da Educação, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação que fundamentam as ideias e as práticas pedagógicas;	História da Educação	LIBANELO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos . São Paulo: Loyola, 2000. MARCÍLIO, Maria Luiza. História da escola em São Paulo em Brasil . São Paulo: Imprensa Oficial, 2015. PILETTI, Cláudio; PILETTI, Nelson. História da Educação . São Paulo: Ática, 2006. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973) . 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
		Sociologia da Educação	FORQUIN, J-C. Sociologia da Educação . Petrópolis, Vozes, 1995. TEDESCO, J. C. Sociologia da Educação . São Paulo, Autores Associados, 1995. VIANA, Nildo. Introdução à Sociologia . Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
		Filosofia da Educação	ARANHA, Maria L. de Arruda. Filosofia da Educação . São Paulo: Moderna, 1996. GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 2004. GHIRALDELLI, Paulo. O que é Filosofia da Educação . Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. SEVERINO, A. J. Filosofia da Educação: construindo cidadania . São Paulo: FTD, 1994.



aos futuros professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, as competências especificamente voltadas para a prática da docência e da gestão do ensino:	II - conhecimentos de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem para compreensão das características do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico da população dessa faixa etária;	Psicologia da Educação	COLL, César; PALÁCIOS, J. Marchesi. A. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da Educação . V. I e II. Porto Alegre: Artmed, 1996. RAPAPORT, Clara R. Psicologia do desenvolvimento: a idade escolar e a adolescência . São Paulo: E.P.U. V.4. 1981. WITTER, Geraldina Porto; LOMÓNACO, José Fernando B.
		Psicologia da Adolescência	Psicologia da aprendizagem . São Paulo: EPU, 1984.(Temas básicos de Psicologia; v. 9). PAPALIA, Diane. E. Olds, Sally. W.; Feldman, Ruth. D. Desenvolvimento Humano . 8.ed. Porto Alegre: Artmed,2006. PEREIRA, Antônio Carlos Amador. O adolescente em desenvolvimento . São Paulo: Harbra, 2005. RAPAPORT, Clara Regina. Encarando a adolescência . São Paulo: Ática, 2000
	III - conhecimento do sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país e possibilitar ao futuro professor entender o contexto no qual vai exercer sua prática docente;	Legislação na Educação Básica	CURY, Carlos Roberto. Legislação educacional brasileira . Rio de Janeiro: DP & A, 2000. DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços . São Paulo: Cortez, 1997. FÁVERO, O. A Educação nas Constituições Brasileiras . Campinas/ SP: Autores Associados, 1996. MENESES, J. G. de C. et al. Estrutura e funcionamento da Educação Básica . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. OLIVEIRA, S.D. de. Estatuto da criança e do adolescente . Rio de Janeiro: D&PA, 2001. SANTOS, Clóvis Roberto. Educação Escolar Brasileira: estrutura, administração e legislação . São Paulo, Thomson, 2003.
	IV – conhecimento e análise das diretrizes curriculares nacionais, da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, e dos currículos, estaduais e municipais, para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio;	Currículo na Educação Básica	BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais : Brasília, 1997. (ensino de 5ª a 8ª série). BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio . Brasília, 1997. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias . Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



		Currículo de História na Educação Básica	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: História . Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio . Secretaria de Educação Média e Tecnologia. Brasília: MEC, 1999. FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História & Ensino de História . São Paulo: Autêntica Editora, 2003. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo. Ciências Humanas e suas tecnologias . Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.
	V – domínio dos fundamentos da Didática que possibilitem: a) a compreensão da natureza interdisciplinar do conhecimento e de sua contextualização na realidade da escola e dos alunos; b) a constituição de uma visão ampla do processo formativo e socioemocional que permita entender a relevância e desenvolver em seus alunos os conteúdos, competências e habilidades para sua vida; c) a constituição de habilidades para o manejo dos ritmos, espaços e tempos de aprendizagem, tendo em vista dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os alunos; d) a constituição de conhecimentos e habilidades para elaborar e aplicar procedimentos de avaliação que subsidiem e garantam processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos alunos e; e) as competências para o exercício do trabalho coletivo e projetos para atividades de aprendizagem colaborativa.	Diagnóstico da Realidade do Ensino na Educação Básica	ANTUNES, Celso. Educar em um mundo interconectado . São Paulo: Vozes, 2016. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. GATTI, Bernadete Angelina; NUNES, Muniz Rossa (Org.). Formação de Professores para o Ensino Fundamental : estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, 2009. GATTI, Bernadete Angelina. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. Educação e Sociedade , Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./Dez. 2010. LIBÂNEO, José Carlos. O Dualismo Perverso da Escola Pública Brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres . Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012. PIMENTA, Selma Garrido. Professor Reflexivo: construindo uma crítica . In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . São Paulo, Cortez: 2002. p. 17-52
		Didática: fundamentos da Educação	CANDAUI, Vera Maria. Rumo a uma nova didática . Campinas: SP: Vozes, 1988. CORDEIRO, Jaime. Didática . São Paulo, Contexto, 2007. HAYDT, Regina Celia Cazaux. Curso de didática geral . 1.ed. – São Paulo: Ática, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 2008.
		Didática: docência	HOFFMAN, Jussara. Avaliação: mito & desafio . 10. Ed. Porto Alegre, Mediação, 1993. LIBÂNEO, José Carlos. O Ensino da Didática, das Metodologias Específicas e dos Conteúdos Específicos do Ensino Fundamental nos Currículos dos Cursos de Pedagogia . Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 229, p. 562-583, set./dez. 2010. LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). Temas da Pedagogia: diálogos entre didática e currículo . São Paulo: Cortez, 2012. PERRENOUD, Philippe. Dez Novas Competências para Ensinar Porto Alegre: Artmed Editora 2000. RIOS, Terezinha. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade . São Paulo: Cortez, 2001.



CEESP/PIC/2023/00363



		<p>Ensino de História: projetos transdisciplinares</p>	<p>BENDER, Willian N. Aprendizagem baseada em projetos: Educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre/RS: Penso/Grupo, A, 2014. FAZENDA, Ivani C. A. (org.). Didática e interdisciplinaridade. Campinas/SP: Papyrus, 1998. MORAES, Maria Cândida. Transdisciplinaridade, criatividade, educação. Fundamentos ontológicos e epistemológicos. Campinas/SP: Papyrus, 2016. NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores. São Paulo: Érica, 2005.</p>
VI – conhecimento de Metodologias, Práticas de Ensino ou Didáticas Específicas próprias dos conteúdos a serem ensinados, considerando o desenvolvimento dos alunos, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo e a gestão e planejamento do processo de ensino aprendizagem;		<p>Ensino de História no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio</p>	<p>BENTO, Luiz Carlos. História e ensino de História. As perspectivas do saber histórico e sua culminância para o desenvolvimento de um projeto de homem. São Paulo: Paco Editorial, 2010. BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Ed Cortez, 2004. _____. (Org.). O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998. JÚNIOR, Roberto Catelli. Temas e linguagens da História. Ferramentas para a sala de aula no Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2009. SILVA, Marcos (Org.). História: que ensino é este? Campinas/SP: Papyrus, 2016</p>
		<p>Ensino de História em ambientes não formais de aprendizagem</p>	<p>GHON, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005. MACMANUS, Paulette. Educação em Museus: pesquisas e práticas. São Paulo: FEUSP, 2013. PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. Educação não formal: contextos, percursos e sujeitos. Holambra, São Paulo: Setembro, 2005. SIMSON, O. R. D. M. V; PARK, M. B; FERNANDES, R. S. Educação não formal: cenários da criação. Campinas: Unicamp, 2001.</p>
		<p>Ensino de História e Cultura Filmográfica no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio</p>	<p>CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2011. MACHADO, Arthur Versiani. Filmes históricos no ensino de História. São Paulo: Paco Editorial, 2015. NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2011. PINSKY, Carla. B. e LUCA, Tania R (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.</p>
		<p>Ensino de História e Cultura Visual no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio</p>	<p>FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na educação escolar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. História da Arte. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.</p>
		<p>Ensino de História e Cultura Musical e Literária no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio</p>	<p>HERMETO, Miriam. Canção popular brasileira e ensino de História. Palavras, sons e tantos sentidos. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2012. MARTINS, Leandra Rajczuk. Literatura e ensino de história: construção de novos conhecimentos e resistência por meio de narrativas consensuais. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2015. (Doutorado) SOBANSKI, Adriane Quadros (et. al.). Ensinar e aprender história: histórias em quadrinhos e canções. Curitiba: Base Editorial, 2010.</p>



		Ensino de História: oficinas em sala de aula	CERRI, Luis Fernando. Oficinas de ensino de história: pontes de didática da história na transição do currículo de formação de professores. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n.27, p. 221-238, 2006.
		Livro Didático e Paradático e a Prática Docente: estratégias pedagógicas	CUNHA, Maria Isabel. O bom professor e sua prática. Campinas/SP: Papyrus, 1992. VIEIRA, Elaine; VALQUIND, Lea. Oficinas de Ensino: O quê? Por quê? Como? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. ANTUNES, Celso. O uso inteligente dos livros didáticos e paradáticos. São Paulo: Editora Paulos, 2012. FREITAG, B; MOTTA, V; COSTA, W. O Livro Didático em Questão. São Paulo, Cortez, 1997. VIEIRA, Cassiane Bechelin. O livro didático e o ensino de história: o que ler, como ler e para que ler. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2009. (Dissertação) BACILA, Carlos Roberto. Nos bastidores da sala de aula. Curitiba/PR: InterSaberes, 2014. VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (Orgs.) As dimensões do projeto político pedagógico. Novos desafios para a escola. Campinas/SP: Papyrus, 2001.
VII – conhecimento da gestão escolar na educação nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, regimento escolar, planos de trabalho anual, colegiados auxiliares da escola e famílias dos alunos;		Planejamento e gestão da escola e da sala de aula	WEINSTEIN, C. S.; NOVODVORSKY, I. Gestão da sala de aula: lições da pesquisa e da prática para trabalhar com adolescentes. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares MACHADO, Rosângela. Educação Especial na Escola Inclusiva: políticas, paradigmas e prática. 1ª.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
VIII - conhecimentos dos marcos legais, conceitos básicos, propostas e projetos curriculares de inclusão para o atendimento de alunos com deficiência;		Educação e Inclusão	SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência e inclusão. In: Mídia e deficiência, Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil, 2003. ALBRES, N. A. Surdos & inclusão Educacional. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2010. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira – Libras, volume I: sinais de A a L e volume II: sinais de M a Z. São Paulo: Edusp, 2012. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
		Libras	QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004. ENEM: http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem ENADE: http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade IDEB: http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb IDESP: http://idesp.edunet.sp.gov.br/o_que_e.asp
		Avaliação do desempenho escolar e o desempenho profissional	PROVINHA BRASIL: http://portal.inep.gov.br/web/guest/provinha-brasil SAEB: http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb SARESP: http://www.educacao.sp.gov.br/saresp



IX – conhecimento, interpretação e utilização na prática docente de indicadores e informações contidas nas avaliações do desempenho escolar realizadas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação.

Estatística Aplicada a Educação

LEVIN, Jack e FOX, James Alan; **Estatística para ciências humanas**. 9ª ed.. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2004. INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): relatório pedagógico** 2009-2010. Brasília, 2013. ENEM
 INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): relatório pedagógico**. Brasília, 2013. IDESP INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC)**. (Prova Brasil). Brasília, 2013.
 INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Brasília. SAEB
 INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes-PISA: relatórios**, 2000-2015. Brasília.
 SÃO PAULO: Saresp: **Relatório Pedagógico**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2012. SARESP

1 - FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO I - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		DISCIPLINA (S) (Onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
		Didática: docência	HOFFMAN, Jussara. Avaliação: mito & desafio . 10. Ed. Porto Alegre, Mediação, 1993. LIBÂNEO, José Carlos. O Ensino da Didática, das Metodologias Específicas e dos Conteúdos Específicos do Ensino Fundamental nos Currículos dos Cursos de Pedagogia . Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 229, p. 562-583, set./dez. 2010. LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). Temas da Pedagogia: diálogos entre didática e currículo . São Paulo: Cortez, 2012. PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar . Porto Alegre: Artmed Editora, 2000. RIOS, Terezinha. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade . São Paulo: Cortez, 2001. Petrópolis: Vozes, 2002:
Art. 8º A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:	400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular – PCC – a serem articuladas aos conhecimentos específicos e pedagógicos, e distribuídas ao longo do percurso formativo do futuro professor, em conformidade com o item 2, da Indicação CEE nº 160/2017, referente a esta Deliberação.	Psicologia da Adolescência	PAPALIA, Diane. E, Olds, Sally. W.; Feldman, Ruth. D. Desenvolvimento Humano . 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. PEREIRA, Antônio Carlos Amador. O adolescente em desenvolvimento . São Paulo: Harbra, 2005. RAPPAPORT, Clara Regina. Encarando a adolescência . São Paulo: Ática, 2000.



			<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf.</p> <p>BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio. Secretaria de Educação Média e Tecnologia. Brasília: MEC, 1999.</p>
		<p>Currículo de História na Educação Básica</p>	
		<p>Antropologia e Cotidiano Escolar</p>	<p>GOMES, Nilma L. Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. 2008. Disponível em: www.mulheresnegras.org/nilma.html.</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p> <p>LARAILA, R. de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade & PRESOTTO, Zelia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 6. ed. SÃO PAULO: ATLAS, 2006.</p>
		<p>Ensino de História no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio</p>	<p>BENTO, Luiz Carlos. História e ensino de História. As perspectivas do saber histórico e sua culminância para o desenvolvimento de um projeto de homem. São Paulo: Paco Editorial, 2010.</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Ed Cortez, 2004.</p> <p>_____. (Org.). O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.</p> <p>JÚNIOR, Roberto Catelli. Temas e linguagens da História. Ferramentas para a sala de aula no Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2009.</p> <p>SILVA, Marcos (Org.). História: que ensino é este? Campinas/SP: Papyrus, 2016.</p>
		<p>Planejamento e gestão da escola e da sala de aula</p>	<p>BACILA, Carlos Roberto. Nos bastidores da sala de aula. Curitiba/PR: InterSaberes, 2014.</p> <p>VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (Orgs.) As dimensões do projeto político pedagógico. Novos desafios para a escola. Campinas/SP: Papyrus, 2001.</p> <p>WEINSTEIN, C. S.; NOVODVORSKY, I. Gestão da sala de aula: lições da pesquisa e da prática para trabalhar com adolescentes. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.</p> <p>http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares</p>
		<p>Ensino de História em Ambientes Não Formais de Aprendizagem</p>	<p>GHON, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005. MACMANUS, Paulette. Educação em Museus: pesquisas e práticas. São Paulo: FEUSP, 2013. PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. Educação não formal: contextos, percursos e sujeitos. Holambra, São Paulo: Setembro, 2005.</p> <p>SIMSON, O. R. D. M. V.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. Educação não formal: cenários da criação. Campinas: Unicamp, 2001.</p>



		<p>Ensino de História e Cultural Indígena na Educação Básica</p>	<p>CUNHA, Manuela. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de História. São Paulo, Editora Contexto, 2009.</p> <p>SILVA, Aracy Lopes, GRUPIONI, Luis Donisete (Org.). A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1 e 2 graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo; PÍNON, Ana. A temática indígena na escola. Subsídios para os professores. São Paulo: Contexto: 2011.</p>
		<p>Educação e Inclusão</p>	<p>MACHADO, Rosângela. Educação Especial na Escola Inclusiva: políticas, paradigmas e prática. 1ª.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.</p> <p>MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da Inclusão. In: Mídia e deficiência, Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil, 2003</p>
		<p>História da Antiguidade Oriental</p>	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. (REVISÃO)</p> <p>DONADONI, Sérgio (dir.). O homem egípcio. Lisboa: Presença, 1990.</p> <p>FUNARI, Raquel dos Santos. Imagens do Egito Antigo: um estudo de representações históricas. São Paulo: Annablume/Unicamp: 2006. (REVISÃO)</p> <p>JOÃO, Maria Thereza David. Tópicos de História Antiga Oriental. Curitiba/PR: InterSaberes, 2013.</p> <p>MOURREAU Jean-Jacques. A Pérsia dos Grandes Reis e de Zoroastro. Editora: Otto Pierre, 1987.</p> <p>SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)</p>
		<p>História do Brasil Colônia</p>	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. (REVISÃO)</p> <p>ALENCASTRO, Luis Felipe de. O Trato dos Videntes: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. PESTANA, Fábio. Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos. São Paulo: contexto, 2008. (REVISÃO)</p> <p>PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.</p> <p>SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação.</p>



CEESP/PIC/2023/00363



<p>Ensino de História e Cultura Filmográfica no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio</p>	<p>Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2011.</p> <p>MACHADO, Arthur Versiani. Filmes históricos no ensino de História. São Paulo: Paco Editorial, 2015.</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema nas sala de aula. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>PINSKY, Carla. B. e LUCA, Tania R (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>EYLER, Flávia Maria S. História Antiga: Grécia e Roma. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.</p> <p>VERNANT, Jean-Pierre. Mito e Religião na Grécia Antiga. São Paulo: Martins Fontes, 2006. VEYNE, Paul. A sociedade romana. Lisboa: Edições, 70, 1990.</p>
<p>História Antiga</p>	<p>MESGRAVES, Laima. História do Brasil Colônia. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>PRADO, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, (1ª ed. 1942), 1996.</p> <p>PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. 9ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na educação escolar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.</p> <p>SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. História da Arte. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.</p>
<p>História do Brasil Colônia II</p>	<p>MESGRAVES, Laima. História do Brasil Colônia. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>PRADO, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, (1ª ed. 1942), 1996.</p> <p>PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. 9ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na educação escolar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.</p> <p>SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. História da Arte. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.</p>
<p>Ensino de História e Cultura Visual no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio</p>	<p>MESGRAVES, Laima. História do Brasil Colônia. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>PRADO, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, (1ª ed. 1942), 1996.</p> <p>PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. 9ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na educação escolar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.</p> <p>SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. História da Arte. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.</p>

		<p>História Medieval I</p>	<p>BASCHET, Jérôme. A civilização feudal: do ano mil à colonização da América. Rio de Janeiro: Globo, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. (REVISÃO)</p> <p>CARVALHO, Cibele. História medieval. Curitiba/PR: Intersaberes, 2016. (REVISÃO)</p> <p>FRANCO JR., Hilário. A Idade Média: o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Bauru/SP: Edusc, 2005.</p> <p>_____. Heróis e maravilhas da Idade Média. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.</p> <p>SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área,</p>
--	--	-----------------------------------	---



			Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)
		História do Brasil Império I	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . (REVISÃO) COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia a República: momentos decisivos . 9ª edição. São Paulo: Unesp, 2010. DOLHNIKOFF, Miriam. História do Brasil Império . São Paulo: Contexto, 2017. (REVISÃO) HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). O Brasil monárquico . Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 2005. (História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes). NOVAIS, Fernando A. História da Vida Privada no Brasil 2: império: a corte e a modernidade nacional . São Paulo: Companhia das Letras, 1997. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias . Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)
		Ensino de História e Cultura Musical e Literária no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	HERMETO, Miriam. Canção popular brasileira e ensino de História . Palavras, sons e tantos sentidos. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2012. MARTINS, Leandra Rajczuk. Literatura e ensino de história: construção de novos conhecimentos e resistência por meio de narrativas consensuais . São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2015. (Doutorado) SOBANSKI, Adriane Quadros (et. al.). Ensinar e aprender história: histórias em quadrinhos e canções . Curitiba: Base Editorial, 2010.
		História Medieval II	BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. BLOCH, Marc. A sociedade feudal . Lisboa: Edições 70, 1982. CARVALHO, Cibele. História Medieval . Curitiba/PR: Intersaberes, 2016.
		História do Brasil Império II	HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). O Brasil monárquico . São Paulo: Difel, 1976. (História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes). KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850 . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. NOVAIS, Fernando A. História da Vida Privada no Brasil 2: império: a corte e a modernidade nacional . São Paulo: Companhia das Letras, 1997



		<p>História da América I</p>	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. (REVISÃO)</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion S. América Pré- Colombiana. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>FERREIRA, Jorge Luiz. Incas e Astecas: Culturas Pré-Colombianas. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1991.</p>
	<p>Livro Didático e Paradidático ea Prática Docente: estratégias pedagógicas</p>	<p>História Moderna I</p>	<p>GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.</p> <p>PINSKI, Jaime [Et al]. História da América através de textos. São Paulo: Contexto, 2010. (REVISÃO)</p> <p>SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria daEducação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)</p> <p>ANTUNES, Celso. O uso inteligente dos livros didáticos e paradidáticos. São Paulo: Editora Paulos, 2012.</p> <p>FREITAG, B; MOTTA, V; COSTA, W. O Livro Didático em Questão. São Paulo, Cortez, 1997. VIEIRA, Cassiane Bechelin. O livro didático e o ensino de história: o que ler, como ler e para que ler. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2009. (Dissertação)</p> <p>ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. Tradução João R. Martins Filho. São Paulo, Brasiliense, 2004.</p> <p>ARRUDA, José Jobson de Andrade. A grande revolução inglesa - 1640-1780. Revolução Inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna. São Paulo: Departamento de História - USP/Hucitec, 1996.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria daEducação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. (REVISÃO)</p> <p>ELIAS, Norbert. A sociedade de corte. Tradução Ana Maria Alves, Lisboa: Editorial Presença, 1987.</p> <p>MICELI, Paulo. História Moderna. São Paulo:Contexto, 2013. (REVISÃO)</p>
			<p>SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)</p>



		<p>História do Brasil República I</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. (REVISÃO)</p> <p>FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República. São Paulo: Contexto, 2016. (REVISÃO)</p> <p>NOVAIS, F. A. História da Vida Privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO) SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p>
		<p>História da América II</p> <p>CHAUNU, Pierre. História da América Latina. São Paulo, Difel, 1983.</p> <p>GRAY, Wood. Panorama da História dos Estados Unidos. New York: Castella, 1982. IANNI, Octavio. O labirinto latino-americano. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.</p> <p>PRADO, Lígia M. A formação das nações latino-americanas. São Paulo: Edusp, 2004.</p>
		<p>História Moderna II</p> <p>BRAUDEL, Fernand. Civilização Material e Capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 3 Vols., 1995.</p> <p>HOBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.</p> <p>HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.</p>
		<p>História do Brasil República II</p> <p>ARNS, Don Paulo Evaristo. Brasil nunca mais. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.</p> <p>SCHWARCZ, Lila Motriz (org.) História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998, vol.4.</p> <p>REIS FILHO, Daniel Arão. O século XX o tempo das certezas: da formação do capitalismo a primeira grande guerra. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.</p>
		<p>Teoria da História II</p> <p>BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. Vol. V. A Escola dos Anales e a Nova História. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.</p> <p>BURKE, Peter. A escola dos Annales -1929- 1989. A Revolução francesa da Historiografia. São Paulo: Unesp, 1991.</p> <p>BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.</p> <p>LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Unicamp, 1994.</p>



		<p>Ensino de História e Arte</p> <p>BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Florianópolis: Edusc, 2004. CALADO, Isabel. A utilização educativa das imagens. Lisboa: Editora Porto, 1994. COSTA, C. Questões de Arte. São Paulo: Moderna, 2004. GOMBRICH, E.H. A História da Arte. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999. WÖLFFLIN, H. Conceitos Fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1989.</p>
		<p>Patrimônio Histórico-Cultural e a prática docente</p> <p>BESSEGATO, Maurí Luiz. O Patrimônio em Sala de Aula: fragmentos de ações educativas. Santa Maria, RS: Evangraf / UFSM, 2004. CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 2006. MARCHETTE, Tatiana Dantas. Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil. Curitiba/PR: InterSaberes, 2016.</p>
		<p>História da África</p> <p>BACELAR, Jefferson. Faces da tradição afro-brasileira. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_publicacao.pdf. (REVISÃO) FREIRE, P. A África Ensinando a Gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2003. MATOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007. (REVISÃO) SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO) SILVÉRIO, V. R. Síntese da História Geral da África: Pré-História ao século XVI. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCAR, 2013. _____, V. R. Síntese da História Geral da África: século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCAR, 2013.</p>
		<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Base Nacional Comum Curricular.</p>



			<p>Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BN_CC_publicacao.pdf. (REVISÃO)</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.</p> <p>IGLESIAS, Francisco. A revolução Industrial. São Paulo: Brasiliense, 1981.</p> <p>MORAES, Luís Edmundo. História</p>
		História Contemporânea I	<p>Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra mundial. São Paulo: contexto, 2017. (REVISÃO)</p> <p>RÉMOND, René. O século XIX: 1815-1914. Introdução à história do nosso tempo. São Paulo: Cultrix, 1997.</p> <p>SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo/Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. (REVISÃO)</p>
		Ensino de História: oficinas em sala de aula	<p>CERRI, Luis Fernando. Oficinas de ensino de história: pontes de didática da história na transição do currículo de formação de professores. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n.27, p. 221-238, 2006.</p> <p>CUNHA, Maria Isabel. O bom professor e sua prática. Campinas/SP: Papirus, 1992.</p> <p>VIEIRA, Elaine; VALQUIND, Lea. Oficinas de Ensino: O quê? Por quê? Como? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.</p>
		Gestão e Documentação de Acervos Museológicos na Escola	<p>BARCELLOS, Guy Barros. Manual de implantação de museus escolares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.</p> <p>BOYLAN, Patrick J. (Org.). Como gerir um Museu. Manual Prático. Paris: ICOM-UNESCO, 2004.</p> <p>MANSON, Timonhy. Gestão Museológica: desafios e práticas. São Paulo: USP/British Council, 2004.</p>
		História Contemporânea II	<p>BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A era dos Extremos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.</p> <p>PROST, Antoine (org.). História da Vida Privada: da 1ª Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.</p>
		História Regional	<p>CALLAI, Helena Copetti; ZARTH, Paulo Afonso. O estudo do município e o ensino de História e Geografia. Ijuí- Rs: UNIJUL, 1998.</p> <p>BARROS, José D'assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.</p> <p>NEVES, Erivaldo Fagundes. História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. Feira de Santana/ Salvador, UEFS/ ed. Arcádia, 2002.</p>



CEESP/PIC/2023/00363



		<p>Ensino de História e Cultura Contemporânea</p> <p>CHAUVEAU, Agnes; TETART, Philippe. Questões para a história do presente. Bauru/SP: Edusc, 1999. LOHN, R.L.; SILVIA, V. L. G.; OLIVEIRA, M. R.. Uma história do tempo presente na sala de aula: construção de estratégias didáticas para o Ensino Médio. Florianópolis/SC: UFSC, 2015. (Dissertação de Mestrado) PORTO JR., G. (org.). História do tempo presente. Bauru/SP: Edusc, 2007.</p>
		<p>Ensino de História: projetos transdisciplinares</p> <p>BENDER, Willian N. Aprendizagem baseada em projetos: Educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre/RS: Pense/Grupo, A, 2014. FAZENDA, Ivani C. A. (org.). Didática e interdisciplinaridade. Campinas/SP: Papyrus, 1998. MORAES, Maria Cândida. Transdisciplinaridade, criatividade, educação. Fundamentos ontológicos e epistemológicos. Campinas/SP: Papyrus, 2016. NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores. São Paulo: Érica, 2005.</p>

OBSERVAÇÕES:

2- PROJETO DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC

O Projeto desenvolvido, desde 2012, no curso de Licenciatura em História, visa mediar conhecimentos teórico-pedagógicos essenciais à prática docente objetivando possibilitar aos discentes discutir, refletir e construir saberes que envolvem, essencialmente, a transposição teoria/prática (o *que mediar* e *como fazer*) no ensino de História.

PROJETO “ENSINAR A ENSINAR HISTÓRIA”

A partir de 2018, o Projeto *Ensinar a Ensinar História*, dará continuidade às atividades desenvolvidas no interior das disciplinas específicas pedagógicas, dando sustentação e suporte aos projetos a serem desenvolvidos no interior da **Prática como Componente Curricular** que totaliza 480h/a ou 400 horas distribuídas ao longo do percurso formativo do futuro professor em consonância com o disposto na Resolução CNE nº 2 de 1º de julho de 2015, capítulo V, inciso I, como também ao disposto na Resolução CEE/SP nº 111/2012, capítulo II, inciso II, item “c”, atualizada pela deliberação CEE/SP nº 154/2017.

1 - Apresentação

O curso de História da FCLBP, desde sua criação, tem como intuito principal a formação de professores que medi em o conhecimento histórico visando apresentar contextos, temporalidades e sujeitos, fontes e reflexões sobre as diferentes culturas. Para tanto, disciplinas que contemplam temáticas específicas da formação são frequentemente revistas e complementadas seguindo os resultados das pesquisas realizadas nos mais diferentes meios acadêmicos nacionais e internacionais, como também em resposta às legislações que infringem tais revisões, bem como nos Parâmetros Curriculares. A partir da divulgação da Base Nacional Comum Curricular, tal documento igualmente fará parte da documentação a ser consultada.

Mas a prática docente exige muito mais do que o saber curricular. Exige, sobretudo, o saber fazer, o saber pedagógico e o experiencial.

Neste sentido, adequando-se, desde 2012 às novas deliberações dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, no seio das disciplinas próprias da História, os docentes vêm se empenhando em apresentar e auxiliar os discentes na preparação de seus próprios recursos e dinâmicas didáticas. Com a nova configuração da **Prática como Componente Curricular**, este projeto buscará manter e inovar suas ações em prol da formação de um docente apto e preparado para o dia a dia da sala de aula.

Todas as experiências intra e extraclasse experienciadas por professores e alunos do curso foram tomadas como base reflexiva para este projeto. Vivências positivas foram revisitadas e assumidas como exemplos a serem seguidos e mesmo aprimorados. Vivências que se mostraram menos produtivas, por motivos variados, nos indicaram os rumos a não seguir e as possibilidades de mudanças em direção a novos acertos.

2 – O Projeto Ensinar a Ensinar História

Fontes primárias (escritas ou de cultura material), softwares e uma vasta bibliografia sobre as temáticas da história estão, hoje, disponíveis, entre outros espaços do saber, em bibliotecas, centros de pesquisa, arquivos, acervos particulares e públicos, museus, casas de cultura e em milhares de sites da internet. Uma vasta gama de documentos que podem e devem ser utilizados em sala de aula dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dentre a bibliografia produzida sobre o ensino de História, podemos visualizar questões levantadas sobre a própria história da disciplina, sobre as diferentes leituras do passado, sobre o que encontramos nos currículos e livros didáticos, sobre metodologias, sujeitos, memória e a própria formação do professor.

Este último item tem sido, igualmente, preocupação frequente dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação que, a partir das Deliberações CNP/CP nº 2/2015 e CEE/SP nº 111/2012, atualizada no presente ano de 2017, por meio da Deliberação CEE/SP nº 154/2017, propuseram a obrigatoriedade de horas a serem cumpridas, no interior das disciplinas do curso, denominadas **Prática como Componente Curricular**.

Na primeira versão da Resolução CEE/SP nº 111/2012, três pontos se destacaram em seu artigo 10 do capítulo II:



- **Conhecimento e análise das diretrizes curriculares:** as Diretrizes Curriculares, ou ainda na atualidade a Base Nacional Comum Curricular(BNCC) são um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Neste sentido, são o ponto de partida para práticas essenciais na educação. A BNCC de História e as Diretrizes Curriculares de História (que deverão ser consultadas enquanto a BNCC ainda estiverem adequação), orientam que as atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente a fim de saber e analisar o que é proposto, entender e refletir sobre possibilidades e desvios e tomar ciência das orientações propostas pelos órgãos governamentais, ação imprescindível para quem trabalha com temáticas que exigem posturas críticas-reflexivas.

- **Domínio e aplicação da Metodologia de Ensino e da Didática próprias:** saber o que, como e quando fazer. O dia-a-dia da sala de aula é o contexto do aprendizado. Acertando e errando, o professor constrói suas próprias dinâmicas pedagógicas. Mas é preciso chegar a este espaço de mediação do saber com algum conhecimento teórico-prático anterior. Não nos é possível assumir, mesmo que por um curto período de tempo, uma turma e uma disciplina sem um conhecimento prévio dos saberes pedagógicos. A vivência, sob a orientação de um professor universitário, de situações possíveis de se concretizar, é o primeiro passo para uma formação docente adequada. E este é um dos propósitos desse projeto.

- **Transposição didática:** os dois itens acima apenas serão vivenciados de forma ativa e positiva se realmente houver a interação dos saberes. Conteúdos e dinâmicas devem sempre ser avaliados, transformados e adaptados. *O que mediar e como fazer* são duas preocupações constantes na prática docente.

Esta interação dos saberes docentes é o que almeja este projeto de *Ensinar a Ensinar a História*. Estamos cientes de que não será possível, aos docentes que o aplicarão aos professores em formação, apresentar fórmulas prontas e inquestionáveis de como se preparar uma aula, elaborar recursos didáticos, pensar sequências didáticas ou formas de avaliação. Estes não são objetivos que constituem o projeto, ou seja, apresentar as fórmulas prontas e inquestionáveis, pois que ele pretende indicar caminhos que deverão ser trilhados, recriados e adaptados segundo suas próprias experiências, aquelas de seus professores e, ainda, em acordo com a literatura acadêmica atualizada.

No tocante ao quadro das 480 h/a ou 400 h de **Prática como Componente Curricular**, é imperativo destacar que elas foram distribuídas, proporcionalmente, em todas as disciplinas do curso que viabilizam a prática no que tange à preparação de planos de aula, de sequências didáticas ou recursos para mediação do conhecimento, bem como no que se refere à gestão de sala de aula. As horas destinadas à prática estão distribuídas ao longo dos 8 semestres (10h ou 12h/a) foram destinadas para o saber fazer).

Na Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História poderão ser visualizadas seis (06) disciplinas que foram alocadas seguindo uma lógica de complexidade e mesmo de possibilidade interdisciplinar, uma vez as atividades propostas em suas ementas deverão ser desenvolvidas em consonância com as disciplinas específicas do curso. Estas últimas serão as responsáveis, por meio das indicações dos professores que as ministram, a partir de projetos, de oferecer as possibilidades temáticas a serem abordadas nas práticas.

Houve uma preocupação, ao formular este quadro, em atender às necessidades da disciplina História. No interior do ementário será possível visualizar que ele atende às questões temáticas mais atuais como a associação da disciplina com a construção da identidade dos sujeitos escolares por meio do conhecimento de seu patrimônio histórico-cultural ou mesmo com a criação de museus escolares (tendência que vem se ampliando nos últimos anos), como também, em relação a conceitos caros à história do presente, tão divulgados pelas mídias que nossos alunos têm acesso. No entanto, destacamos, ainda, que os conteúdos dessas práticas abrangem a utilização de recursos didáticos já tradicionais, assim como a confecção dos mesmos e elaboração de projetos interdisciplinares.

O Projeto Ensinar a Ensinar História possibilitará, conforme os seus objetivos, a articulação da teoria com a prática dentro das disciplinas específicas e pedagógicas do curso ampliando a transdisciplinaridade.

3 – Justificativa

Dispositivos legais

As estratégias didático-pedagógicas que ocorrerão no interior das disciplinas específicas e pedagógicas do curso e os conteúdos curriculares que possibilitarão a viabilização de projetos para que se efetive as práticas como componentes curriculares vêm atender ao disposto na Resolução CNE nº 2 de 1º de julho de 2015, capítulo V, inciso I, como também ao disposto na nova Resolução CEESP nº 111/2012, capítulo II, inciso II, item "c", atualizada pela Deliberação CEE/SP nº 154/2017, quando determinam 400 horas de prática como componente curricular.

Dispositivos Didático-pedagógicos

Este projeto justifica-se pelo fato de que possibilitará aos discentes do curso de Licenciatura em História da FCLBP vivenciar experiências que lhes serão úteis e importantes quando de suas próprias práticas docentes. Tendo conhecimento prévio das estratégias teórico-didático-pedagógicas inerentes ao ensino da História, o futuro professor estará melhor preparado para as experiências reais que o aguardam dentro dos diferentes espaços do processo ensino-aprendizagem, sejam eles formais ou informais.

4 – Objetivos

Com a aplicação do Projeto *Ensinar a Ensinar História* no interior das disciplinas próprias da Licenciatura e dando sustentação e suporte para a concretização das Práticas como Componentes Curriculares objetivamos:

- Promover entre os docentes do curso de História a discussão acerca da importância do conhecimento dos saberes docentes (saberes da formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais)¹ para que possam mediá-lo aos futuros professores.

¹Saberes docentes na visão de TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002:

Saber da formação profissional – conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores. Não se limitam a produzir conhecimentos, mas procuram também incorporá-los à prática do professor (...) esses conhecimentos se transformam em saberes destinados à formação científica ou erudita dos professores, e, caso sejam incorporados à prática docente, esta pode transformar-se em prática científica, em tecnologia de aprendizagem. (...) A articulação entre essas ciências e a prática docente se estabelece concretamente através da formação inicial ou contínua dos professores (2002, p. 36 e 37).

- **Saber disciplinar** – saberes de que dispõe a nossa sociedade, tais como se encontram hoje integrados nas universidades, sob forma de disciplina (...). Os saberes disciplinares (por





exemplo, matemática, história, literatura, etc.) são transmitidos nos cursos e departamentos universitários independentes das faculdades de educação e dos cursos de formação de professores (2002, p. 38).

Agenciar o conhecimento, a reflexão e o debate, entre os docentes do curso acerca das 10 competências profissionais (propostas por PERRENOUD, 2001), a saber: organizar e estimular situações de aprendizagem; gerar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam; envolver os alunos em suas aprendizagens e no trabalho; trabalhar em equipe; participar da gestão da escola; informar e envolver os pais; utilizar as novas tecnologias; enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; gerar sua própria formação contínua para que possam, igualmente, apresentá-las aos futuros professores em formação;

- Preparar nossos discentes para a prática docente por meio de experiências concretas de reflexão, debate, criação e ressignificação de saberes teórico-práticos;
- Promover discussões transdisciplinares e interdisciplinares sobre as diferentes metodologias que podem ser empregadas no ensino de História;
- Apresentar possibilidades diferenciadas de utilização, em sala de aula ou em ambientes não formais de aprendizagem, de recursos didáticos já fortemente presentes no cotidiano escolar, bem como de recursos mais inovadores como softwares e outras mídias, jogos pedagógicos, etc.;
- Apresentar dinâmicas pedagógicas, seus objetivos e suas aplicações evidenciando que as mesmas podem ser apropriadas, recriadas, transformadas e/ou adaptadas;

5. Organização das etapas e desenvolvimento

• **Saber curricular** – estes saberes correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados como modelos da cultura erudita e de formação para a cultura erudita. Apresentam-se concretamente sob a forma de programas escolares que os professores devem aprender a aplicar (2002, p. 38).

• **Saber experiencial** – Baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. Esses saberes brotam da experiência e são por ela validados (2002, p. 39).

Confira: Há também as pesquisas sobre saberes docentes discutidas em: GAUTHIER, Clermont (et. al.), Tradução Francisco Pereira. *Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente* - Coleção Fronteiras da Educação. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 1998.

No interior das disciplinas específicas e pedagógicas do curso de Licenciatura em História

Conteúdos específicos da licenciatura. A saber: História Antiga, História Medieval I e II, História Moderna I e II, História Contemporânea I e II, História do Brasil Colônia II, História do Brasil Império I e II, História do Brasil República I e II, História da África, Ensino de História e Arte, Patrimônio Histórico-Cultural e a prática docente, Gestão e documentação de acervos museológicos na escola, História Regional e Ensino de História e Cultura contemporânea.

Conteúdos didático-pedagógicos. A saber: Didática: docência, Psicologia da Adolescência, Currículo de História na Educação Básica, Antropologia e cotidiano escolar, Ensino de História no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio, Planejamento e gestão da escola e da sala de aula, Avaliação do desempenho escolar e o desenvolvimento profissional, Ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica e Educação e Inclusão.

A aplicação do projeto seguirá algumas etapas:

Etapas	Desenvolvimento
<p>1ª Etapa Coordenador de Curso</p> <p>Colegiado</p>	<p style="text-align: center;">Reunião de Colegiado</p> <p>No início de cada semestre letivo, os docentes responsáveis pelos dois grupos de disciplinas deverão, a partir da análise da Base Nacional Comum Curricular de História (Ensino Fundamental – anos finais – e Ensino Médio) e Parâmetros Curriculares do Estado de São Paulo selecionar os conteúdos que serão privilegiados nas PCCs por meio de projetos ou sequências didáticas.</p>
<p>2ª Etapa</p>	<p>Os professores responsáveis pelas disciplinas específicas do curso de licenciatura em História deverão organizar seu Plano de Ensino considerando aulas teóricas e práticas para</p>



CEESP/PIC/2023/00353





<p>Professor do Ensino Superior</p>	<p>garantir a organização dos espaços e materiais necessários.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Deverão considerar em seu planejamento as orientações Curriculares do Estado de São Paulo, Parâmetros Curriculares Nacionais e BNCC. ✓ Deverão enviar ao coordenador de curso os cronogramas de aula e os planos elaborados considerando a PCC. ✓ Deverão apresentar aos alunos a proposta de trabalho do semestre explicando o diferencial contendo as aulas práticas (PCC). <p>2. Os professores deverão construir um contrato didático com a turma com ênfase no compromisso de estudo e trabalho, como também datas previstas de trabalhos, pesquisa e avaliações.</p>
<p>3ª Etapa Professor do Ensino Superior</p>	<p style="text-align: center;">Plano de aula do Professor</p> <p>1- O plano de aula deverá considerar o movimento metodológico que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ O conhecimento dos alunos em relação ao assunto que será abordado; (conversa) ✓ Apresentação do contexto histórico epistemológico conceitual do tema abordado; (aula expositiva) ✓ Aprofundamento do assunto (pesquisa/estudo dirigido/discussão em grupo/debates) ✓ Relacionar os conceitos estudados com a realidade educacional e a prática pedagógica (estudo de caso,



	<p>vídeos, relatos de experiência);</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Debates e discussões sobre o desafio e a problemática; ✓ Proposta de atividade: planejamento de um projeto interdisciplinar ou Sequência Didática envolvendo os alunos (Como ensinar...) ✓ Promover uma oficina de planejamento em parceria com o professor de Didática e Prática para escolha das metodologias de ensino (aula expositiva, estudo de caso, estudo do meio, jogos, seminários, debates, estudo dirigido, trabalhos em grupo e os recursos tecnológicos. <p>Obs. Professor deverá repertoriar os alunos com modelos de planejamento e de atividades práticas relacionadas com o conteúdo estudado, como também vivenciar as diferentes metodologias em sala de aula para que possam compreender e fazer escolhas no momento do planejamento.</p>
<p>4º Etapa</p> <p>Aluno das licenciaturas</p>	<p>Plano de aula elaborado pelo licenciando</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Elaboração de um plano de aula com metodologia diferenciada no qual deverão estar especificados: tema, quantidade de horas/aulas, público alvo, (objetivos, conteúdo, metodologia, recursos didáticos, conteúdos procedimentais e atitudinais, forma de avaliação, referências bibliográficas); b. Considerar alunos deficientes (pensar em atividades adaptativas); c. Encaminhamento do plano de aula elaborado para análise prévia e aprovação ao professor da disciplina; d. Aplicação do plano de aula para a turma; e. Apresentação, de planos discentes, em evento promovido pelo curso e pela faculdade (SEMACC ou no "Seminário de Socialização de boas Práticas"): <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação/ banner; • Relato de experiência; • Estudo de caso com apresentação de resultados;



<p>5ª Etapa Professor do Ensino Superior</p>	<p>a. Encaminhamento para coordenação dos planos elaborados pelos discentes; b. Encaminhamento via e-mail, de relatório (escrito e, se possível, fotográfico) da experiência do projeto; c. Disponibilização dos planos (dos professores e alunos) para todo o corpo docente e, posteriormente, ao corpo discente pela coordenação; d. Cronograma com as apresentações dos planos elaborados pelos discentes; e. Apresentação, de planos discentes, em evento promovido pelo curso e pela faculdade (SEMACC ou no “Seminário de Socialização de boas Práticas”);</p>
<p>5ª Etapa Coordenador de curso Professor Aluno do curso</p>	<p style="text-align: center;">Avaliação</p> <p>a) Atingiram os objetivos propostos no projeto? b) Atingiram os objetivos educacionais propostos pelos grupos? c) Indicar as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto e o que precisa melhorar. d) Autoavaliação do processo formativo.</p>



Observações:

✓ O professor poderá participar do GEDP - Grupo de Estudos Didático-pedagógico ofertado pela FESB através da Oficina Pedagógica às terças-feiras, das 17h às 19h.

Esclarecimentos

- **Elaboração de plano de aula:** há dois modelos. O **Modelo I** destinado aos professores e o **Modelo II** destinado aos discentes. Os itens são os mesmos. A descrição do que deverá constar em cada item é a diferença (público-alvo, conteúdos, etc.). Existirá uma pasta no setor de Xerox com o tema do projeto onde ficarão disponíveis o projeto e os modelos de plano de aula. As orientações que vierem a ser elaboradas pelos professores também poderão ser disponibilizadas nesta pasta. Obrigatoriamente, todos os documentos deverão ser disponibilizados no *Portal Educacional*.

- **Encaminhamento, pelo docente do curso de História, para a coordenação, do plano de aula elaborado para análise prévia e aprovação.** Neste momento será verificado se os itens do plano foram preenchidos corretamente e se estão claros e concatenados. Qualquer sugestão ou alteração solicitada terá um prazo previamente estabelecido para reenvio.

- **Aplicação do plano de aula:** esta(s) aula(s) deverá(o) ser discriminada(s) no cronograma da disciplina e devidamente registradas em diário de classe. Não poderá ser utilizado horário diferente daquele das aulas para ministrar a(s) mesma(s), afinal, a prática não pode estar dissociada da teoria, pois que são complementares.

- **Entrega e apresentação, por parte dos alunos do curso de História, dos planos de aula elaborados por eles a partir das orientações e auxílio do professor – correções e devolutiva aos discentes:** os professores poderão estipular os prazos para a entrega dos planos de aula dos alunos (que poderão realizar o mesmo individualmente ou em grupo, de acordo com as orientações dos professores). Na ocasião da entrega do plano, o aluno ou grupo deverá apresentar seu plano, explicando, principalmente, a metodologia que adotará para ensinar o conteúdo proposto (relato da sequência didática, que deverá estar pormenorizada no plano de aula). O professor fará as correções necessárias (no documento escrito) e deverá intervir oralmente na apresentação sempre que acreditar necessário; Planos corrigidos deverão ser retornados aos alunos e estes deverão entregar uma versão final ao professor que a encaminhará à coordenação. Um plano poderá ser escolhido para execução em sala de aula em alguma unidade escolar de ensino fundamental – anos finais – ou Ensino Médio desde que previamente autorizado pela Direção e sob a responsabilidade do professor da Unidade Escolar ou poderá fazer parte do estágio em sua categoria “regência” sob supervisão do professor responsável pelo estágio supervisionado.

- **Encaminhamento para coordenação dos planos elaborados pelos discentes:** após conferência das correções efetuadas pelo aluno ou grupo em seus planos, o professor deverá dar ciência, datar e assinar para entrega, via e-mail, à coordenação.

Encaminhamento relatório (escrito e fotográfico) da experiência do projeto: após a finalização da aplicação do projeto *Ensinar a Ensinar História*, a experiência deverá ser registrada em relatório. O professor deverá descrever como foi a experiência de aplicação do projeto/aula e o retorno dos planos dos alunos. Realizar registros fotográficos das práticas discentes para o relatório (segue modelo de relatório em anexo).

- **Disponibilização dos planos (dos professores e alunos) para todo o corpo docente e, posteriormente, ao corpo discente:** após a entrega de todos os relatórios, será confeccionado, pela coordenação, um documento contendo todos os itens solicitados (projeto, planos de professores e alunos, relatórios finais das disciplinas e relatório final do projeto elaborado pela coordenação) a ser disponibilizado aos docentes e discentes do curso, bem como para demais coordenadores, direção e órgãos competentes (CEE).

No interior das disciplinas que trabalharão com projetos quando da Prática como Componente Curricular (PCC)

As disciplinas que elaborarão suas práticas a partir de projetos interdisciplinares são assim denominadas e visualizadas na Matriz Curricular:

Componentes Curriculares		Semestre
1	Ensino de História e Cultura Filmográfica no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	1º
2	Ensino de História e Cultura Visual no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	2º
3	Ensino de História e Cultura Musical e Literária no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio	3º
4	Livro didático e paradidático e a prática docente: estratégias pedagógicas	4º
5	Ensino de História: oficinas em sala de aula	7º
6	Ensino de História: projetos transdisciplinares	8º



Os professores responsáveis pelos componentes deste grupo que estiverem alocados, na Matriz Curricular do Curso, a partir do 6º semestre, estabelecerão a relação com o estágio supervisionado.

O quadro apresentado às páginas 9, 10 e 11 deste projeto igualmente norteará a organização das PCCs deste grupo.

Estrutura das disciplinas que compõem esse quadro e justificativas das temáticas a serem trabalhadas:

Estas disciplinas, para que tenham definidas as temáticas a serem abordadas, receberão suporte dos Conteúdos Curriculares Específicos da Licenciatura em História. Em reuniões de colegiado a serem realizadas no início de cada semestre letivo, os docentes responsáveis pelos dois grupos de disciplinas deverão, a partir da análise da Base Nacional Comum Curricular de História (Ensino Fundamental – anos finais – e Ensino Médio) e Parâmetros Curriculares do Estado de São Paulo selecionar os conteúdos que serão privilegiados nas PCCs por meio de projetos.

Desse modo, poderão e deverão ser contemplados temas tratados nas diferentes temporalidades históricas (da Antiguidade à Contemporaneidade, História do Brasil, História da América e/ou História da África, etc.). De maneira mais singular, as abordagens igualmente poderão ser interdisciplinares quando, ao invés de conteúdos fechados, as PCCs trabalharem com conceitos que podem ser discutidos nos diferentes tempos da história. Como exemplo, a disciplina 3 poderá ter como uma das temáticas, a literatura no mundo antigo, exclusivamente, ou promover a interdisciplinaridade tratando das literaturas no decorrer da história, dando ênfase, sempre, e primordialmente, nas possibilidades didáticas, nas dinâmicas pedagógicas, na aplicabilidade prática desses conhecimentos.

OBSERVAÇÃO: Foi mantida a prática no componente *Ensino de História e Cultura Filmográfica no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio* alocada no 1º semestre do curso por entendermos ser importante que o aluno esteja preparado para a utilização de filmes (de forma integral ou parcial) e de documentários em sala de aula. Estes recursos, muito visualizados pelo público-alvo (EF e EM) favorecem o aprendizado por meio da análise e discussão de suas inspirações/adaptações de eventos históricos.

No que se refere ao componente curricular de número 6, **Ensino de História: projetos transdisciplinares**, para além da temática própria ao ensino de História, deverá, necessariamente, elaborar projetos cuja transdisciplinaridade atenda uma ou mais áreas hoje estabelecidas legalmente: Matemática, Linguagem, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Esclarecimentos

Todas as atividades práticas realizadas no interior dessas disciplinas deverão ser registradas em relatório próprio (modelo em anexo) encaminhadas à coordenação do curso no final do semestre letivo.

A coordenação elaborará um relatório geral para fins de divulgação dos resultados obtidos para a Direção Acadêmica, Coordenação Pedagógica, colegiado, discentes, comunidade em geral (eventos do curso) e para constar em relatório de atividades a ser encaminhado ao CEE.

6 – Dos resultados esperados do projeto

Conforme o disposto no corpo do projeto, a Prática como Componente Curricular não objetiva que os professores em formação, orientados pelos docentes do curso, elaborem somente planos de aula acrescidos de metodologias diferenciadas. Igualmente, esperamos como resultados: confecção de recursos didáticos como textos-guia (conteúdo), jogos, dinâmicas que se apropriem das diferentes TICs e programas, relatórios de pesquisa, debates, seminários, etc.

A prática não deverá ficar na confecção destes recursos, mas, essencialmente, na apresentação dos mesmos seja em sala de aula, em eventos do curso e/ou da Instituição e mesmo fora dela desde que supervisionada por docentes da casa e autorizada pelos responsáveis dos espaços externos.

A Prática como Componente Curricular, portanto, buscará a aplicabilidade dos projetos desenvolvidos.

7 – Considerações finais

A Educação Superior de qualidade é assegurada por legislações federal e estadual. Esperamos que com a execução do Projeto *Ensinar a Ensinar História*, estejamos contribuindo com uma formação de qualidade de futuros professores de História que deverão atuar nos anos finais dos Ensinos Fundamental e Médio. Objetivamos, igualmente, criar uma cultura de pesquisa-reflexão-prática em que os saberes docentes sejam os norteadores de um ensino crítico e eficaz, preocupado não só a com formação de futuros cidadãos, mas com uma formação de cidadãos que se preocupem e se ocupem de sua história, memória e cultura.

ANEXOS

PROJETO “ENSINAR A ENSINAR HISTÓRIA”

PLANO DE AULA

MODELO I – PROFESSOR

Obs.: apagar todas as informações em vermelho para entrega à coordenação

Tema: selecionar na Base Nacional Comum Curricular de História o tema diretamente relacionado à disciplina que ministra no curso de História da FCLBP;

Quantidade de horas/aulas: quantidade de horas/aulas necessárias para aplicação da aula elaborada;

Público-alvo: semestre do curso no qual leciona no semestre atual;

Objetivos: o que pretende com este plano? Deve conter aqui em algum momento a expressão “ensinar a ensinar”; deve conter, igualmente, que pretende apresentar metodologia de ensino diferenciada;

Conteúdo: tópicos;

Metodologia: apresentar a sequência didática descritiva;

Recursos didáticos: recursos serão necessários para aplicação da metodologia escolhida. Caso seja necessária a compra de materiais, informar com antecedência à coordenação.

Avaliação: explicitar os critérios de correção e avaliação dos planos discentes;

Referências bibliográficas: colocar não somente as fontes que se utilizou para elaboração do plano, mas acrescentar fontes que indicarão aos alunos para a confecção dos planos dos mesmos;



PROJETO “ENSINAR A ENSINAR HISTÓRIA”

PLANO DE AULA

MODELO II – DISCENTES

Obs. 1: apagar todas as informações em vermelho para entrega ao professor

Tema: já fornecido pelo professor; **NÃO** alterar;

Quantidade de horas/aulas: quantidade de horas/aulas necessárias para aplicação da aula elaborada; considerar que se houver exibição de filme, são necessárias ao menos 4h/a para prévia explicação do mesmo, exibição e considerações finais; não ultrapassar 6h/a;

Público-alvo: alunos de qual ano? (6º, 7º ano do Ensino Fundamental?1º, 2º ou 3º ano do Ensino Médio???) – verificar em que momento o conteúdo é trabalhado na Base Nacional Comum Curricular;

Objetivos: diretamente relacionados ao tema da aula (até 5);

Conteúdo: neste momento, colocar apenas tópicos; após o plano, um texto-resumo do tema (com uma página) deverá acompanhar a documentação;

Metodologia: como ministrará esta aula? Procure utilizar metodologias diferenciadas indicadas por seu professor; apresentar a sequência didática descritiva;

Recursos didáticos: que recursos serão necessários para aplicação da metodologia escolhida? Se for exibir filme, colocar todos os dados do mesmo (não só o título); se for utilizar-se de jogos, os mesmos deverão acompanhar a entrega do plano, assim como as regras do jogo.

Avaliação: explicitar como se dará a avaliação da classe após aplicação do conteúdo e dinâmicas; tipos de avaliação. Acrescentar ao final do texto-resumo a avaliação que será aplicada, caso seja avaliação escrita.

Referências bibliográficas: colocar as fontes que se utilizou para elaboração do plano;

Obs. 2: O texto-resumo deverá ter o título da aula exposto de forma centralizada e conter uma página, como exposto acima; caso faça opção por utilizar recursos visuais (imagens, fotos, etc.), deverá ser mantida esta uma página para o texto escrito;

Sequência didática descritiva: descrever, aula a aula, como fará uso dos recursos elaborados durante as práticas.

PROJETO “ENSINAR A ENSINAR HISTÓRIA”

RELATÓRIO DE DISCIPLINA

Disciplina:

Professor responsável: colocar a titulação;

Ano: 20 semestre: é o semestre do curso (1º, 3º, 5º ou 7º - 2º, 4º, 6º ou 8º);

Data(s) da aplicação do Projeto “Ensinar a ensinar História”: aplicação do projeto do professor e da entrega/apresentação dos planos discentes;

Tema escolhido:

Metodologia utilizada:

Quantidade de planos de aulas apresentados pelos alunos: se em grupos, discriminar quantos e com quantos alunos cada;

Datas das apresentações:

Pontos positivos a serem destacados:

Principais ocorrências: problemas apresentados nos planos e apresentações;

Considerações Finais: fazer um balanço geral da aplicação do projeto, **apontar as contribuições do mesmo** e apresentar sugestões de mudanças (caso acreditem necessário).

Data:

Assinatura:

PROJETO “ENSINAR A ENSINAR HISTÓRIA”

RELATÓRIO DE DISCIPLINA

DISCIPLINAS DE PROJETOS

Disciplina:

Professor responsável: colocar a titulação;

Ano: 20 - Semestre: é o semestre do curso (1º, 3º, 5º ou 7º - 2º, 4º, 6º ou 8º);

Temática	Metodologia/dinâmica/estratégia	Recursos



CEESP/PIC/2023/00353



Pontos positivos a serem destacados:

Principais ocorrências: problemas apresentados nos planos e apresentações;

Considerações Finais: fazer um balanço geral da aplicação do projeto, **apontar as contribuições do mesmo** e apresentar sugestões de mudanças (caso acreditem necessário).

Data:

Assinatura:

2 - FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		Descrição Sintética do Plano de Estágio	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica Específica para o Estágio
<p>Art. 11 O estágio supervisionado obrigatório, previsto no inciso III do art. 8º, deverá ter projeto próprio e incluir:</p>	<p>I – 200 (duzentas) horas de estágio na escola, em sala de aula, compreendendo o acompanhamento do efetivo exercício da docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, bem como vivenciando experiências de ensino, na presença e sob supervisão do professor responsável pela classe na qual o estágio está sendo cumprido e sob orientação do professor da Instituição de Ensino Superior;</p>	<p>Na Unidade escolar sob a supervisão do professor responsável pela classe e sob a orientação do professor da FESB. 100 horas de Observação, Participação e Regência no Ensino Fundamental II. 100 horas de Observação, Participação e Regência no Ensino Médio</p>	<p>BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Ed Avercamp, 2006. BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_publicacao.pdf. FELICIO H. M. S.Oliveira, R. A. A. A formação prática de Professores no estágio curricular. Curitiba: Editora UFPR, 2008. FESB. Normas de Estágio. Bragança Paulista: FESB, 2016. PERRENOUD, PHILIPPE. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>
	<p>II – 200 (duzentas) horas dedicadas ao acompanhamento das atividades da gestão da escola dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, nelas incluídas, entre outras, as relativas ao trabalho pedagógico coletivo,</p>	<p>100 horas Ensino Fundamental II e 100 horas no Ensino Médio destinadas: Orientações do professor supervisor de estágio</p>	<p>BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Ed Avercamp, 2006. BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília:</p>



	<p>conselhos da escola, reuniões de pais e mestres, reforço e recuperação escolar, sob orientação do professor da Instituição de Ensino Superior e supervisão do profissional da educação responsável pelo estágio na escola, e, em outras áreas específicas, se for o caso, de acordo com o Projeto de Curso de formação docente da Instituição.</p>	<p>(documentação, comportamento, relação professor e aluno na escola, ética profissional, postura e profissionalismo.</p> <p>Atividades de planejamento de sequencias didáticas e projetos de intervenção para aplicação nas unidades</p>	<p>MEC,SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_public</p>
		<p>escolares.</p> <p>Orientações e planejamento de projeto de recuperação ou reforço.</p> <p>Participação em HTPC, reuniões de Paise Conselhos escolares.</p> <p>Discutir e planejar a gestão de classe, da escola e o que envolve o cotidiano escolar.</p> <p>Conhecer o funcionamento da escola</p> <p>Discutir as fragilidades e dificuldades do cotidiano escolar.</p> <p>Estudo de caso sob a orientação do professor de estágio e outros profissionais .</p>	<p>acao.pdf. FELICIO H. M. S.Oliveira, R. A. A. A formação prática de Professores no estágio curricular. Curitiba:Editora UFPR,2008. FESB. Normas de Estágio. Bragança Paulista: FESB, 2016. PERRENOUD, PHILIPPE. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>

3- PROJETO DE ESTÁGIO APRESENTAÇÃO

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Consulta na íntegra, em: Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Essa Diretriz foi elaborada especificamente para a Formação de Professores da Educação Básica, mas, é oportuno destacar a congruência do texto inserido nas páginas 57 e 58, acerca do item "c) *Nos estágios...*".

[...] O estágio obrigatório deve ser vivenciado ao longo de todo o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve acontecer desde o primeiro ano, reservando um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses "tempos na escola" devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores (p.57-58).

Nos cursos de formação de professores, a concepção dominante segmenta o curso em dois polos isolados entre si: um caracteriza o trabalho na sala de aula e o outro, caracteriza as atividades de estágio. O primeiro polo supervaloriza os conhecimentos teóricos, acadêmicos, desprezando as práticas como importante fonte de conteúdos da formação. Existe uma visão aplicacionista das teorias. O segundo polo supervaloriza o fazer pedagógico, desprezando a dimensão teórica dos conhecimentos como instrumento de seleção e análise contextual das práticas. Neste caso, há uma visão ativista da prática. Assim, são ministrados cursos de teorias prescritivas e analíticas, deixando para o estágio o momento de colocar esses conhecimentos em prática.



Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional.

Por sua vez, o planejamento e a execução das práticas no estágio devem estar apoiados nas reflexões desenvolvidas nos cursos de formação. A prática, por outro lado, constitui momento privilegiado para uma visão crítica da teoria e da estrutura curricular do curso. Trata-se, assim, de tarefa para toda a equipe de formadores e não, apenas, para o "supervisor de estágio".

Outro problema refere-se à organização do tempo dos estágios, geralmente curtos e pontuais: é muito diferente observar um dia de aula numa classe uma vez por semana, por exemplo, e poder acompanhar a rotina do trabalho pedagógico durante um período contínuo em que se pode ver o desenvolvimento das propostas, a dinâmica do grupo e da própria escola e outros aspectos não observáveis em estágios pontuais. Além disso, é completamente inadequado que a ida dos professores às escolas aconteça somente na etapa final de sua formação, pois isso não possibilita que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho de professor, nem permite um processo progressivo de aprendizado.

As considerações acima estão baseadas no texto Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, o qual inspira elaborar projetos que de fato revelem a intencionalidade das instituições de ensino, na realização das atividades de estágio, independente de curso ou nível de formação, para de fato e de direito, seja um ATO EDUCATIVO.

Esse documento tem por finalidade orientar o conjunto de normas e princípios para a realização do ESTÁGIO SUPERVISIONADO, na área de Licenciatura Plena, da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO objetiva propiciar a complementação do processo de ensino-aprendizagem, integrando o conteúdo curricular do curso, em termos de articulação teórico-prática, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e formação profissional dos acadêmicos.

Com o propósito de contribuir para melhoria da qualidade do ensino de nossa graduação e da Escola Básica, este documento contém detalhadamente a sistemática a ser desenvolvida por todos os envolvidos no processo de estágio.

1 Realização do estágio supervisionado

1.1 Dimensão Legal

Leis que regulamentam o Estágio no País

- **A Lei 9.394/96**

Dispõe sobre o Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. Os estágios realizados nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

- **Regimento Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista.**

CAPÍTULO IV - DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 102º - O Estágio Supervisionado consta de atividades de prática profissional, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício, conforme Resolução 02 de 2002 CNE e Lei nº 11.788/08.

Artigo 103º - A avaliação do Estágio Supervisionado resultará da análise, pelo professor supervisor de estágio:

- I** - do cumprimento da carga horária de prática profissional prevista para o curso por legislação específica;
- II** - da qualidade, pertinência e adequação do relatório das atividades previstas no Projeto de Estágio Supervisionado;
- III** - do cumprimento dos prazos propostos para entrega dos relatórios das atividades propostas como Estágio Supervisionado.

Artigo 104º - Ao final da análise do desempenho dos alunos nas atividades previstas como Estágio Supervisionado, o professor emitirá para cada aluno:

- I** - Conceito SUFICIENTE, quando o desempenho do aluno corresponder aos objetivos propostos para o processo;
- II** - Conceito INSUFICIENTE, quando o desempenho do aluno não corresponder aos objetivos propostos para o processo.

- **Deliberação nº 111/2012 CEE.**

Art. 11 O estágio supervisionado obrigatório, previsto no inciso III do artigo 8º, deverá ter projeto próprio e incluir:

Inciso I - 200 (duzentas) horas de estágio na escola, compreendendo o acompanhamento do efetivo exercício da docência nos anos finais do ensino fundamental e médio, bem como vivenciando experiências de ensino, na presença e sob supervisão do professor responsável pela classe na qual o estágio está sendo cumprido e sob orientação do professor da Instituição de Ensino Superior.

Inciso II - 200 (duzentas) horas dedicadas a atividades de gestão do ensino, nos anos finais do ensino fundamental e médio, nelas incluídas, entre outras, as relativas ao trabalho pedagógico coletivo, conselhos de escola, reunião de pais e mestres, reforço, recuperação escolar, sob a orientação do professor da Instituição de Ensino Superior e supervisão do profissional da educação responsável pelo estágio na escola, e, atividades teórico-práticas e de aprofundamento em áreas específicas de acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso de formação docente.

- **Projeto Pedagógico dos cursos de licenciatura**

Artigo 1 - As atividades de estágio supervisionado são obrigatórias e não constituirão vínculo empregatício entre as partes envolvidas.

Artigo 2 - As atividades de estágio supervisionado deverão ocorrer a partir da 2ª metade do curso em questão e envolverão:

- I. Aprendizagem dos conceitos teóricos que subsidiarão as atividades da prática de ensino e do estágio supervisionado;
- II. Aprendizagem das orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT para a elaboração de projetos e relatórios das atividades desenvolvidas como estágio supervisionado;

Construção de projetos que integrem a teoria estudada ao longo do curso com as experiências adquiridas em situações reais de ensino

- aprendizagem nos campos de estágio;



III. Competências para propor metodologias e cursos diferenciados que possibilite adequar o que deve ser aprendido às condições reais de aprendizagem dos alunos.

Artigo 3 - As atividades de estágio supervisionado serão realizadas a partir de convênios de parceria entre a Instituição proponente e a entidade de estágio, devidamente oficializados pelas partes envolvidas.

Artigo 4 - As atividades de estágio supervisionado envolverão:

- I. Orientações para a realização do projeto e das atividades a serem desenvolvidas na escola cedente de estágio;
- II. Visitas técnicas em Instituições prestadoras de serviços educacionais, preferencialmente, formais;
- III. Projetos de intervenção em realidade diagnosticada que possam gerar alternativas de solução para os problemas detectados;
- IV. Regência de aulas em área específica ou afim do curso em questão;
- V. Atividades correlatas ao magistério na área do curso e devidamente aprovadas e acompanhadas pelos responsáveis envolvidos;
- VI. Outras atividades julgadas pertinentes e importantes para a formação do futuro profissional da educação.

Artigo 5 - As atividades de estágio supervisionado ocorrerão a partir da orientação de professores supervisores da própria Instituição e da unidade campo de estágio.

Parágrafo Único: Cada projeto de estágio terá como supervisor o seu proponente, por tempo definido pela abrangência e adequação das propostas e somente será iniciado com a aprovação do supervisor responsável.

Artigo 6 - O aluno estagiário será avaliado em todas as etapas do seu processo de aprendizagem prática e o seu desempenho será registrado pelos conceitos:

- I. Suficiente (S), quando houver cumprido todas as exigências relativas a esta importante ação formadora de profissionais da educação;
- II. Insuficiente (I), quando não cumprir a contento as atividades programadas para estágios supervisionados.

Parágrafo único - A avaliação do estagiário será registrada em relatório circunstanciado, discutido e aprovado pelos supervisores responsáveis e pelo colegiado do curso.

Artigo 7 - Aluno com rendimento insuficiente em atividades de estágio supervisionado ficará em dependência pelo tempo necessário para refazer seu projeto e cumprir as determinações dos professores responsáveis pelos diferentes projetos.

Parágrafo único – Para isso não poderá ultrapassar os períodos, mínimo e máximo, definidos legalmente para integralização do curso em questão.

1.2 Dimensão Operacional - atribuições

O Instituto Superior de Educação – ISE mantido pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista - FESB entende que nenhuma formação docente será eficiente, eficaz e efetiva se não estiver embasada por princípios teóricos que se justifiquem em práticas e vinculadas ao cotidiano das instituições de Educação Básica nas quais se efetivam o processo educacional sistematizado.

Nesse sentido as atividades de **Prática como Componente Curricular-PCC** e o **Estágio Supervisionado** assumem importância fundamental na formação dos futuros docentes, pois propiciarão a oportunidade aos mesmos de exercitarem a transposição didática e isto será o diferenciador qualitativo de sua formação.

Para cada discente é obrigatória a integralização da carga horária total de prática de ensino prevista no currículo do curso, nela sendo desenvolvido todo aspecto teórico e prático necessário para a formação docente no processo de Estágio Supervisionado.

As atividades de ESTÁGIO SUPERVISIONADO serão:

- ✓ coordenadas por docentes do ISE referentes aos conhecimentos específicos da área ou disciplina de formação e;
- ✓ supervisionadas por um segundo docente com formação específica na área objeto de habilitação na licenciatura e formação pedagógica ou (pós-graduação em Educação) tendo como perfil, a experiência na docência de nível Educação Básica nas disciplinas objeto de formação da Licenciatura do curso. Ambos serão designados pela Coordenação do Curso e homologados pelo dirigente acadêmico.

O estágio deve acontecer nos 6º, 7º e 8º semestres, reservando um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes.

Para tanto, existe um projeto de estágio que será avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e sob a responsabilidade das duas instituições que deverão se auxiliar mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esse “tempo na escola” deverá ser diferente segundo os objetivos de cada momento da formação e deverá ser orientado e supervisionado por um professor do curso de Licenciatura, especializado na área, que deverá seguir a legislação vigente- Amparo Legal: Deliberação nº 111/2012 CEE.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO, como obrigação curricular nos Cursos Superiores de Graduação, está regido em conformidade com as Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura Plena, totalizando 400 horas ao longo do curso, a partir do 5º semestre, conforme a distribuição abaixo:

6º semestre: 60 horas

7º semestre: 160 horas

8º semestre: 80 horas

O Estágio deve ser comprovado e sua aprovação é condição indispensável para que o aluno seja diplomado. Somente pode colar grau o aluno aprovado no Estágio. Desta forma, a proposta aqui apresentada pretende valorizar e conscientizar o alunado sobre a importância de sua participação legítima nas atividades de Estágio.

Supervisor do Estágio: É função do supervisor de estágio coordenar, acompanhar e orientar o desenvolvimento do estágio supervisionado, auxiliando o Estagiário, durante todo o período de duração dos trabalhos. Assim o mesmo será responsável em:

- orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos durante o Estágio Supervisionado;
- manter contato com a U.E., quando necessário;



- indicar bibliografia e outras fontes de consulta;
- avaliar os relatórios entregues pelos alunos e pela EU;
- avaliar periodicamente o estagiário, indicando, se necessário, as alterações no cronograma;
- estar atento à postura ética requerida pelo processo.

Supervisor na UE de estágio (professor, coordenador ou diretor): Compete ao supervisor de estágio na U.E. (professor, coordenador ou diretor):

- introduzir o aluno estagiário na EU;
- orientar, acompanhar e organizar as atividades práticas do estagiário na UE;
- oferecer os meios necessários à realização do estágio;
- auxiliar o estagiário nas suas dificuldades, medos e ansiedades;
- manter contato com a instituição, quando necessário;
- encaminhar a Ficha de Avaliação de Estágio Supervisionado preenchida e assinada;
- assinar a Ficha de Estágio.

Estagiário: ao estagiário compete:

- identificar a UE onde irá desenvolver o estágio;
- providenciar documentação exigida (item 2.3), acatando as exigências legais da Faculdade;
- comparecer aos encontros com seu orientador de estágio (na Faculdade), cumprindo as tarefas que lhe forem atribuídas;
- apresentar ao professor orientador o Projeto/ Plano de Estágio e Relatórios de Atividades de acordo com o cronograma de seu projeto de estágio;
- apresentar a Pasta de Estágio (ou o CD) , de acordo com o Cronograma de seu projeto de estágio e conforme agendamento do professor supervisor de estágio.

1.3 Campo de estágio

O Estágio pode ser realizado na rede de ensino pública ou privada de Ensino Fundamental (séries finais) de 6º a 9º ano regular e EJA e Ensino Médio regular e EJA (Educação de Jovens Adultos), conforme cadastramento da Faculdade com as UEs e designação do supervisor de estágio em cada semestre.

A escolha da escola onde será realizado o estágio compete ao aluno (estagiário), e o desenvolvimento do estágio deve ser em todos os anos/série e de forma equilibrada.

A vinculação do aluno como estagiário na UE poderá ser feita somente mediante a apresentação de Termo de Compromisso de Estágio, sem qualquer vínculo empregatício (temporário ou não).

1.3.1 Documentações exigidas

1º Momento (Documentos para UE e para a Pasta de Estágio: tudo em duas vias):

- requisitar na secretaria da FESB declaração de apólice de seguro para a UE;
- imprimir ou xerocar Carta de apresentação do Estagiário e apresentar para a supervisora de estágio assinar;
- imprimir ou xerocar Ficha de identificação do estagiário e colar foto (optativo);
- imprimir ou xerocar Termo de Compromisso;
- imprimir ou xerocar ficha de informação sobre a escola;
- contatar o responsável por estágio na UE (direção ou coordenação) para solicitar a oportunidade de cumprir o estágio (Obs.: algumas escolas solicitam o projeto de estágio que pode ser este manual como proposta geral, pois o projeto somente é desenvolvido após conhecer a UE);
- após aceitação como estagiário, anotar os horários das aulas e solicitar à escola que comunique aos professores que receberão o estagiário.

2º Momento: durante o Estágio

- no primeiro dia, chegar mais cedo e apresentar-se ao inspetor de alunos e ao professor da classe **ANTES DE ENTRAR NA SALA DE AULA**;
- em todos os períodos de presença na escola, assinar o livro de controle de estágio;
- em todos os períodos de presença na sala de aula, apresentar a ficha cumulativa preenchida para o professor responsável pela classe assinar (**exceto eventuais e não graduados – neste caso, solicitar assinatura do diretor ou coordenador**);
- registrar suas observações em relação a: metodologias utilizadas, interação aluno-professor, aluno-material-meio, gerenciamento da classe, plano/planejamento de ensino, postura do aluno e do professor etc.;



- redigir os Relatórios de Atividades de acordo com o modelo oficial;
- elaborar, de acordo com os modelos oficiais, as fichas Cumulativas e fichas de Atividades.

3º Momento: após concluir o Estágio.

- solicitar o carimbo do diretor e assinatura **no verso** das Fichas Cumulativas;
- entregar todos os documentos do estágio **no prazo** acordado com o supervisor de estágio;
- dentro do prazo acordado com o Supervisor de Estágio e levando em conta o período para leitura e avaliação dos documentos, **apresentar a pasta de estágio com os devidos relatórios de atividades. (CD ou Pasta).**

1.3.2 Critérios de Avaliação

Artigo 88 – O Estágio Supervisionado consta de atividades de prática profissional, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício.

Parágrafo único – Para cada discente é obrigatória a integralização da carga horária total de estágio de prática profissional prevista no currículo do curso, nela podendo-se incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades realizadas.

Artigo 89 - O Estágio Supervisionado é coordenado pelo Coordenador de Curso e supervisionado por docente por ele designado.

Parágrafo único – Os Estágios Supervisionados obedecerão ao regulamento próprio, elaborado pelo Coordenador de Curso e aprovado pela Direção Acadêmica.

Artigo 90 – A avaliação do Estágio Supervisionado resultará da análise, pelo professor supervisor de estágio: I – do cumprimento da carga horária de prática profissional prevista para o curso por legislação específica;

II – da qualidade, pertinência e adequação do relatório das atividades previstas no Projeto de Estágio Supervisionado;

III – do cumprimento dos prazos propostos para entrega dos relatórios das atividades propostas como Estágio Supervisionado.

O aluno terá prazo definido de entrega do CD ou Pasta de Estágio Supervisionado, e seu descumprimento poderá acarretar a reprovação do aluno neste componente curricular. A reprovação do aluno, por não tê-lo cumprido, implica na obrigatoriedade de sua matrícula, no semestre letivo subsequente, como dependência. Esgotado o prazo regulamentar de entrega do CD ou Pasta de Estágio Supervisionado, o professor supervisor poderá marcar nova data, para a entrega, inclusive durante o próximo semestre, devendo o aluno, neste caso, estar regularmente matriculado no Estágio como dependente.

Ao final da análise do desempenho dos alunos nas atividades previstas como Estágio Supervisionado, o professor emitirá para cada aluno:

I – Conceito SUFICIENTE, quando o desempenho do aluno corresponder aos objetivos propostos para o processo;

II – Conceito INSUFICIENTE, quando o desempenho do aluno não corresponder aos objetivos propostos para o processo.

Parágrafo único – Dos conceitos atribuídos caberão recursos ao Coordenador de Curso, Diretor Acadêmico e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, respectivamente.

1.4 Atividades de Estágio

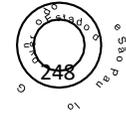
As atividades de Estágio Supervisionado serão divididas ao longo de três semestres contemplando 200 horas de atividades na Unidade Escolar e 200 horas em atividades na Instituição de Ensino Superior e na Unidade Escolar.

Segue um quadro com as subdivisões da carga horária e atividades que deverão ser desenvolvidas .

As **atividades de Estágio** seguindo as orientações previstas no Projeto de **Estágio Supervisionado I** do curso de Licenciatura em História deverá cumprir às **160 horas de estágio - Ensino Fundamental** no _____ semestre de _____, distribuídas da seguinte forma:

	Modalidade	Nº de horas





1	<p>Orientações realizadas pelo professor/supervisor de Estágio na FESB - Noções teóricas/Supervisão de estágio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre estágio (objetivos, modalidades, distribuição de horas (5 horas) • Elaboração Projeto Individual de Estágio. (5 horas) • Relatórios Observação/Participação/Regência. (5 horas) • Apresentação de resultados de pesquisa. (5 horas) 	20
2	<p>Observação – Participação – Regência (FESB)</p> <p>Observação - Realizada em sala de aula das regências dos outros grupos – com avaliação registrada. (5 horas)</p> <p>Participação: Projeto de Intervenção (elaboração) + exposição em forma de painel. (5 horas)</p> <p>Regência (10 horas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento Bibliográfico e pesquisa (5 horas) • Planejamento de Sequência Didática (5 horas) • Produção de Material Didático (5 horas) • Apresentação da aula para turma (5 horas) 	40
3	<p>Unidade escolar de Ensino Fundamental - Observação, Participação e Regência</p> <p>Observação (40 horas)</p> <p>Participação (20 horas)</p> <p>Conhecimento da escola (10 horas)</p> <p>Identificação e Histórico da UE, Dados físicos e características, Cursos Ministrados e Turnos, Núcleo de Direção, Núcleo Técnico Pedagógico, Calendário Escolar, Conselhos de Classe/Séries, Processos de Avaliação, Projetos desenvolvidos</p> <p>Pesquisa (10 horas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise de plano de cursos na área: _____ (10 horas) • Entrevista com alunos + conclusões (5 horas) • Entrevista com professores + conclusões (5 horas) • Entrevista com equipe gestora: direção e coordenação (5 horas) <p>Planejamento e desenvolvimento do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental II (Unidade Escolar) (10 horas)</p>	100



	<ul style="list-style-type: none"> • O uso do Livro Didático em Sala de Aula • Conteúdo • Metodologia • Interdisciplinaridade • Recursos e Material de Apoio Didático • Estratégias Pedagógicas para aulas de reforço e recuperação • Análise das orientações didáticas e dos recursos para desenvolver o trabalho em sala de aula <p>10 horas) Participação das discussões das problemáticas no cotidiano escolar e dos resultados educacionais em reuniões de pais, conselhos escolares e HTPC.</p>	
TOTAL DE HORAS		160

Seguindo as orientações previstas no Projeto de **Estágio Supervisionado II** do curso de Licenciatura em História, deverá cumprir às **160 horas de estágio** - Ensino Médio no semestre de _____, distribuídas da seguinte forma:

	Modalidade	Nº de horas
1	<p>Orientações realizadas pelo professor/supervisor de Estágio na FESB - Noções teóricas/Supervisão de estágio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre estágio (objetivos, modalidades, distribuição de horas) (5 horas) • Elaboração Projeto Individual de Estágio. (5 horas) • Relatórios Observação/Participação/Regência. (5 horas) • Apresentação de resultados de pesquisa. (5 horas) 	20
2	<p>Observação – Participação – Regência (FESB)</p> <p>Observação - Realizada em sala de aula das regências dos outros grupos – com avaliação registrada. (10 horas)</p> <p>Participação: Projeto de Intervenção (elaboração) + exposição em forma de painel. (10 horas)</p> <p>Regência (20 horas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento Bibliográfico • Plano de Sequência Didática • Produção de Material Didático • Regência 	40



3	<p>Unidade escolar de Ensino Médio Observação, Participação e Regência Observação (40 horas)</p> <p>Participação (20 horas)</p> <p>Conhecimento da escola (10 horas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e Histórico da UE, Dados físicos e características, Cursos Ministrados e Turnos, Núcleo de Direção, Núcleo Técnico Pedagógico, Calendário Escolar, Conselhos de Classe/Séries, Processos de Avaliação, Projetos desenvolvidos <p>Pesquisa (10 horas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise de plano de cursos. • Entrevista com alunos + conclusões. • Entrevista com professores + conclusões. • Entrevista com equipe gestora: direção e coordenação. <p>Planejamento e desenvolvimento do trabalho pedagógico no Ensino Médio (UnidadeEscolar) (10 horas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Uso do Livro Didático em Sala de Aula • Conteúdo • Metodologia • Interdisciplinaridade • Recursos e Material de Apoio Didático 	100
	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias Pedagógicas • Análise das orientações didáticas e dos recursos para desenvolver o trabalho em sala de aula. <p>(10 horas) Participação das discussões das problemáticas no cotidiano escolar e dos resultados educacionais em reuniões de pais, conselhos escolares e HTPC.</p>	
TOTAL DE HORAS		160

Seguindo as orientações previstas no Projeto de **Estágio Supervisionado III** do curso de Licenciatura em História, deverá cumprir às **80 horas de estágio - FESB** no semestre de _____, distribuídas da seguinte forma:

	Modalidade	Nº de horas
1	<p>Orientações realizadas pelo professor/supervisor de Estágio na FESB - Noções teóricas/Supervisão de estágio</p> <p>Estudos de caso e aprofundamento de temas que aborde a problemática da educação básica e o cotidiano da sala de aula com a participação de profissionais nas áreas de: Serviço Social, Saúde, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Psicólogos, Pedagogos, Diretores e coordenadores de escola. Proposta de intervenção e planejamento de possíveis ações</p>	20



2	Observação – Participação – Regência (FESB) Estudo e pesquisa direcionada para aprofundamento Participação de seminários e roda de debates de acordo com as temáticas de aprofundamento com apresentação de propostas de intervenção.	40
3	Atividades Correlatas Aqueles com relação direta ao magistério como análise de textos ou documentos oficiais, planos e planejamentos de aula ou de ensino, escrituração de diário de classe, estudo no laboratório entre outras.	20
TOTAL DE HORAS		80h

1.5 Objetivos do Estágio

Durante a realização do estágio supervisionado, o estudante deverá:

- avaliar a teoria discutida em sala de aula, a prática do professor, vivenciada em instituições de ensino fundamental e médio, visando proporcionar ao futuro profissional o amadurecimento necessário para que coloquem em prática habilidades, atitudes e os conhecimentos construídos ao longo do curso;
- elaborar diagnósticos técnicos das situações observadas ao longo das atividades de estágio supervisionado, propondo projetos com alternativas para a solução de problemas detectados;
- desenvolver uma visão global da realidade na qual vai atuar e das relações que se estabelecem entre a escola e a comunidade onde está inserida, mediante o contato com diferentes situações específicas e diferentes sujeitos da ação profissional pretendida, escolhendo as estratégias adequadas a cada situação específica;
- conscientizar-se a respeito do papel, das funções, dos direitos e deveres do profissional na sua área específica de atuação;
- observar e identificar procedimentos diferenciados utilizados pelos profissionais em suas áreas específicas de atuação, criticando, apontando aspectos facilitadores e dificultadores do processo pedagógico, vantagens, desvantagens e riscos das intervenções efetivadas;
- identificar, a partir de uma postura crítica e reflexiva, suas possibilidades e limitações e idealizar comportamentos mais adequados à profissão escolhida.

1.6 Modalidades de Estágio

OBSERVAÇÃO: observar na aula/seminário: ética – voz de comando – metodologia – relacionamento – interação etc.;

PARTICIPAÇÃO: ajuda/ auxílio ao professor em aula/ seminário;

REGÊNCIA: reger/ comandar aulas e/ou seminários.

1.6.1 Modalidades de Atividades

1.6.1.1 Atividades complementares com certificado e/ou declaração

Eventos culturais, pedagógicos e/ou científicos, cursos palestras, oficinas, visitas técnicas com professor supervisor ou monitor designado por ele, desenvolvimento /o participação em projetos sociais e científicos, monitoria, participação em reuniões pedagógicas e auxílio recreio da UE.

1.6.1.2 Atividades correlatas

São aquelas com relação direta ao magistério como análise de textos ou documentos oficiais, planos e planejamentos de aula ou de ensino, escrituração de diário de classe, estudo no laboratório entre outras.

Observação 1: somente professores formados podem assinar a ficha cumulativa e, em sua ausência, o diretor ou vice-diretor da escola poderá assinar (prof. Eventual, não).

Observação 2: o número máximo de atividades de estágio por dia é de 06 horas.

1.7 Objetivos e estrutura do projeto de estágio supervisionado

1.7.1 Objetivos

O gênero textual projeto tem por finalidade organizar atividades futuras de forma detalhada. Assim, é essencial para o desenvolvimento do estágio supervisionado a fim de proporcionar ao aluno uma reflexão a *priori* de sua experiência em campo.

Este documento, o projeto de estágio, deve ser entregue para o professor supervisor de estágio no início do semestre (conforme agendamento), após diagnóstico da UE.

1.7.2 Estrutura do Projeto

- Cópia da carta de apresentação do estagiário assinada e carimbada pelo diretor;



- Cópia do documento TERMO DE COMPROMISSO;
- Objetivos do Estágio;
- Dados do estagiário (origem, idade, profissão, experiências acadêmicas, culturais e profissionais);
- Dados da UE (descrição sobre a escola: Infraestrutura, plano de gestão, projeto pedagógico, corpo docente e discente, funcionários);
- Atividades que pretende desenvolver nas áreas de conhecimento proposto pelo curso.

1.8 Objetivos e estrutura do relatório de estágio supervisionado

1.8.1 Objetivos

O gênero textual relatório tem por finalidade apresentar o desenvolvimento das atividades de forma reflexiva e articulada com os estudos, ilustrando com cópias das experiências adquiridas, sempre que possível, e de acordo com modelo oficial a ser divulgado.

1.8 Estrutura do Relatório de Estágio

- Objetivos do Estágio;
- Dados do estagiário (origem, idade, profissão, experiências acadêmicas, culturais e profissionais);
- Dados da UE (descrição sobre a escola: Infraestrutura, plano de gestão, projeto pedagógico, corpo docente e discente, funcionários);
- Descrição/relato das atividades desenvolvidas.

1.9 Orientações quanto à apresentação da pasta de estágio (ou cd)

Entregar o material solicitado sempre no prazo, redigido de acordo com a ABNT de 2002.

1.9.1 Forma

Pasta de papelão (preta) para folhas furadas ou CD contendo:

- a) documentos do estágio do item 2.4 (**exceto as fichas cumulativas que não podem ser furadas nem grampeadas** e devem estar destacadas dentro de folha plástica);
- b) atividades: projeto de estágio, relatórios, resenhas, resumos, análise de atividades etc.

1.9.2 Fichas Cumulativas da UE de Atividades

- Não podem conter rasuras;
- devem ser assinadas e carimbadas no verso pelo diretor da UE;
- as horas devem ser contabilizadas por HORA-AULA;
- devem estar sempre em ordem cronológica;
- devem ser assinadas pelo professor da UE no mesmo dia do estágio ou no máximo na mesma semana.

1.10 Orientações para planejamento de projeto ou sequência didática (sd) para intervenção na U.E.

São situações didáticas em que professor e alunos se comprometem com um propósito e com um produto final; em um projeto, as ações propostas ao longo do tempo têm relação entre si e fazem sentido em função do produto que se deseja alcançar. Entretanto, a defesa dos projetos como modalidade privilegiada de organização dos conteúdos escolares não garante que todos os temas/assuntos possam ser abordados por meio de projetos. É tarefa do professor identificar qual a melhor forma de abordar o que deve ensinar aos alunos.

O projeto é uma modalidade organizativa pertinente para desenvolver determinados conteúdos de forma significativa, desenvolvendo competências. É necessário que as questões partam do grupo, que estejam diretamente ligados aos interesses dos alunos e permitam o estabelecimento de múltiplas relações, ampliando o conhecimento de professores, alunos, pais e comunidade escolar sobre um assunto específico e também proporcionar a aproximação das práticas sociais reais de uso.

O trabalho com projetos possibilita a articulação com outras áreas do conhecimento, ou seja, permite a interdisciplinaridade e a transversalidade, além da inserção da educação de forma ampla na cultura, como também valoriza o trabalho do professor que, em vez de ser alguém que reproduz ou adapta o que está nos livros didáticos e nos manuais, passa a ser um pesquisador de seu próprio trabalho.

O professor torna-se alguém que também busca informações sobre o tema eleito, incentiva a curiosidade e a criatividade do grupo e, sobretudo, entende as crianças e os adolescentes como sujeitos que têm uma história e que participam ativamente do mundo construindo e reconstruindo a cultura na qual estão imersos.

1.10.1 O projeto deve contemplar

- Objetivo (compartilhado com os alunos);
- Justificativa (Porque);
- Objetivos específicos e conteúdos (O que se espera que os alunos aprendam);
- Etapas previstas (Cronograma);
- Produto final (Resultado do trabalho).

É importante destacar que os projetos e/ou as sequências didáticas se organizam em uma lógica de desenvolvimento do trabalho pedagógico para que o aluno possa construir o conhecimento de forma significativa.



1.10.2 Orientações para elaboração de projetos ou sequências didáticas (SD)

- 2 Quais atividades e tarefas serão realizadas?
- 3 Como e quando serão realizadas?
- 4 Quais recursos e materiais serão necessários?
- 5 Quanto tempo para cada atividade?
- 6 Quem serão os responsáveis pelas tarefas?

1.10.3 Etapas para planejamento de um Projeto ou SD².

ETAPAS PARA PLANEJAMENTO DE UM PROJETO OU S.D.	
1ª Etapa	Apresentação do Projeto ou SD aos alunos. <ul style="list-style-type: none"> • Como será apresentado?
	Levantamento dos materiais necessários para realização das atividades. <ul style="list-style-type: none"> • Quais materiais?
Apresentação	Discutir com os alunos o produto final <ul style="list-style-type: none"> • Qual será o produto final e quando acontecerá? • Quem participará?
2ª Etapa Desenvolvimento das atividades Atividades	Levantamento de conhecimentos prévios sobre o assunto que será trabalhado. Como será organizado/planejamento <ul style="list-style-type: none"> • Roda de conversa para apresentação e registro do que os alunos já sabem? • Imagens ou vídeos como disparadores do tema que será estudado? • Leitura de um texto? • Situações problema?
	Pesquisa realizada pelo professor/estagiário sobre o assunto que será trabalhado e a organização do trabalho. <ul style="list-style-type: none"> • Onde encontrar o material para o projeto? • Que tipo de pesquisa precisa realizar? • Como serão organizados os espaços? • Quais recursos? • Quantos dias da semana? • Em que local?



	<p>Realização do estudo sobre o assunto.</p> <ul style="list-style-type: none">• Como será organizado o desenvolvimento das atividades?• Qual a frequência? (Semanal, duas vezes na semana)• Em que espaço? (Sala de aula, pátio, laboratório, biblioteca...)Registro sistematizado das atividades• Qual é o tema e o conteúdo que será trabalhado?• Quais serão as atividades?• Material necessário?<ul style="list-style-type: none">✓ Tecnologia✓ Laboratório
--	--





CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

	✓ Textos ✓ Outros
3º Etapa Socialização Apresentação	Produto final <ul style="list-style-type: none">• O que será apresentado? (Seminário, produção de um texto, feira de ciências, sarau, maquete, outros.• Como será organizado?• Qual espaço? Sala de aula, pátios, biblioteca, sala de vídeo outros• Material necessário?• Pessoas envolvidas (coordenador, professor, aluno, estagiário...
4º Etapa Avaliação	Avaliação e autoavaliação. 7 Como será avaliado o trabalho? 8 O que será avaliado?

²DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

4- EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Estágio Supervisionado I Análise do meio de aprendizagem por meio da observação e registro sobre a escola e a sala de aula (Ensino Fundamental – anos finais). Pode compreender: a) conteúdos e metodologias na sala; b) noções de tempo e espaço no trabalho do professor e para o aluno; c) utilização de materiais didáticos em sala. Deve abordar os mais diversos aspectos da atuação institucional (conhecimento da escola) e profissional bem como a elaboração de relatórios referentes às aulas ministradas pelos professores na escola, equipe gestora e sujeitos escolares.
BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Ed Avercamp, 2006. BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. Orientação para estágio em licenciatura . São Paulo: Pioneira, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . FELICIO H. M. S. Oliveira, R. A. A. A formação prática de Professores no estágio curricular . Curitiba: Editora UFPR, 2008. FESB. Normas de Estágio . Bragança Paulista: FESB, 2016. PERRENOUD, PHILIPPE. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica . Porto Alegre: Artmed, 2002. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática . 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
Estágio Supervisionado II Análise do meio de aprendizagem por meio da observação e registro sobre a escola e a sala de aula (Ensino Médio). Pode compreender: a) conteúdos e metodologias na sala; b) noções de tempo e espaço no trabalho do professor e para o aluno; c) utilização de materiais didáticos em sala. Deve abordar os mais diversos aspectos da atuação institucional (conhecimento da escola) e profissional bem como a elaboração de relatórios referentes às aulas ministradas pelos professores na escola, equipe gestora e sujeitos escolares.



<p>BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Ed Avercamp, 2006. BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. FELICIO H. M. S.Oliveira, R. A. A. A formação prática de Professores no estágio curricular. Curitiba: Editora UFPR, 2008. FESB. Normas de Estágio. Bragança Paulista: FESB, 2016. PERRENOUD, PHILIPPE. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>
<p>Estágio Supervisionado III</p> <p>Aprofundamento de temas sobre a Educação Básica, sobre o ensino de História e sobre o cotidiano da sala de aula. Análise e discussão sobre diferentes documentações e bibliografias relacionadas à questão do magistério. Elaboração de propostas de intervenção.</p>
<p>BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Ed Avercamp, 2006. BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. FELICIO H. M. S.Oliveira, R. A. A. A formação prática de Professores no estágio curricular. Curitiba: Editora UFPR, 2008. FESB. Normas de Estágio. Bragança Paulista: FESB, 2016. PERRENOUD, PHILIPPE. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>

